

**CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA (UNIALFA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

MARIA AMÉLIA KARAM DE MELO ROCHA

**O PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DAS MESAS: UMA ANÁLISE DA GESTÃO
DO ECOTURISMO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL.**

Goiânia-GO

2018

MARIA AMÉLIA KARAM DE MELO ROCHA

**O PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DAS MESAS: UMA ANÁLISE DA GESTÃO
DO ECOTURISMO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL.**

Dissertação apresentada ao Centro Universitário
Alves Faria (UniALFA), como parte dos requisitos
para obtenção do título de Mestre em
Desenvolvimento Regional.

Orientador: Profº Dr. Enéas Nunes Rocha

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e
Desenvolvimento Regional

Goiânia-GO

2018

Catálogo na fonte: Biblioteca FADISP

R672p Rocha, Maria Amélia Karam de Melo

O parque nacional da chapada das mesas: uma análise da gestão de ecoturismo na perspectiva do desenvolvimento sustentável. / Maria Amélia Karam de Melo Rocha – 2018.

64 fls; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário Alves Faria – (UNIALFA) - Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional – Linha de Pesquisa: Políticas públicas e Desenvolvimento Regional – Goiânia, 2018.

Orientador (a): Prof. Dr. Enéas Nunes Rocha

Inclui bibliografia

1. Ecoturismo. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Parque nacional – unidade de conservação. I. Rocha, Maria Amélia Karam de Melo. II. UNIALFA. III. Título.

CDU: 332

MARIA AMÉLIA KARAM DE MELO ROCHA

**O PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DAS MESAS: UMA ANÁLISE DA GESTÃO
DO ECOTURISMO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL.**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação do Centro Universitário Alves Faria (UniALFA) para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Profº Dr. Enéas Nunes Rocha

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional

Aprovada em: ___/___/___

BANCA AVALIADORA

Prof. Drº. Enéas Nunes Rocha - UNIALFA
(Orientador)

Prof. Drº. Luis Antônio Vilalta- UNIALFA
(Avaliador)

Profª. Dra. Maria Carolina Silva - UNICEUMA
(Avaliador)

Goiânia-GO

2018

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me inspira e me faz respirar.

Ao incondicional apoio da minha família.

Ao meu maior incentivador, que não mede esforços para me ajudar a alcançar meus objetivos – meu esposo e orientador: Professor Dr. Enéas Nunes Rocha.

Aos meus filhos, Laressa e Vinícius, por me fortalecerem em amor, por me fazerem uma pessoa melhor a cada dia.

Aos professores e professoras UNIALFA, e aos colegas de mestrado pelos momentos de aprendizado, compreensão e amizade.

Por fim, a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram, torceram e confiaram no meu potencial para que esta dissertação se tornasse realidade.

Agradeço do mais profundo do meu coração.

RESUMO

ROCHA, Maria Amelia Karam de Melo. **O PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DAS MESAS: UMA ANÁLISE DA GESTÃO DO ECOTURISMO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.** 2018. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional – Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, Centro Universitário Alves Faria – Goiânia, 2018.

O Ecoturismo é o segmento do turismo que mais cresce no mundo, como também o que mais busca preservar o patrimônio ambiental e o legado cultural, representa conforme WEARING (2014), uma alternativa aos elevados efeitos negativos do turismo de massa, sobre a cultura local e ao meio ambiente. Em 1994 o governo federal elabora as diretrizes para uma política nacional do ecoturismo, como parâmetro básico para a regulamentação, ordenamento e desenvolvimento sustentável do ecoturismo em todo o território nacional. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa foi analisar a gestão do Parque Nacional da Chapada das Mesas (PNCM), situado no estado do Maranhão, tendo como parâmetro as diretrizes para uma política nacional de ecoturismo. Tal estudo, considera desde contextualização histórica, características ambientais e legais até a própria gestão dos responsáveis pela continuidade da Unidade de Conservação (UC). Para tanto, fundamentou-se em teorias que discutem os conceitos de Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável, bem como suas conexões, sob a perspectiva da sustentabilidade. As bases metodológicas desta dissertação se sustentam na pesquisa qualitativa descritiva para coleta de dados e observação direta intensiva – a ter como auxílio fontes documentais e bibliográficas. Concluiu-se, em síntese, que a gestão do parque em razão da inexistência do plano de manejo desenvolve suas atividades parcialmente, comprometendo os objetivos que se propõe as diretrizes para uma política nacional do ecoturismo, e conseqüentemente o desenvolvimento sustentável do parque.

Palavras Chaves: Ecoturismo, Desenvolvimento Sustentável, Unidade de Conservação.

ABSTRACT

ROCHA, Maria Amelia Karam de Melo. THE NATIONAL CHAPADA DAS MESAS PARK: AN ANALYSIS OF THE MANAGEMENT OF ECOTOURISM IN THE PERSPECTIVE OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT. 2018. Master's Dissertation in Regional Development - Stricto Sensu Graduate Programs, Centro Universitário Alves Faria - Goiânia, 2018.

Ecotourism is the fastest growing segment of tourism in the world, as well as the one that most seeks to preserve environmental heritage and cultural heritage, according to WEARING (2014), an alternative to the high negative effects of mass tourism, on local culture and the environment. In 1994, the federal government elaborated the guidelines for a national ecotourism policy, as a basic parameter for the regulation, planning and sustainable development of ecotourism throughout the national territory. In this sense, the objective of this research was to analyze the management of the National Park of the Chapada das Mesas (PNCM), located in the state of Maranhão, having as a parameter the guidelines for a national ecotourism policy. This study considers, from historical contextualization, environmental and legal characteristics to the very management of those responsible for the continuity of the Conservation Unit (UC). Therefore, it was based on theories that discuss the concepts of Ecotourism and Sustainable Development, as well as their connections, from the perspective of sustainability. The methodological bases of this dissertation are based on descriptive qualitative research for data collection and intensive direct observation - to have documentary and bibliographical sources as aid. It was concluded, in summary, that the management of the park due to the inexistence of the management plan develops its activities partially, compromising the objectives that are proposed the guidelines for a national ecotourism policy, and consequently the sustainable development of the park.

Key Words: Ecotourism, Sustainable Development, Conservation Unit.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOS

Foto 01: Paisagem do PNCM.....	29
Foto 02: Paisagem típica do PNCM.....	33
Foto 03: PNCM, Cachoeira São Romão	34
Foto 04: PNCM, Cachoeira São Romão	34
Foto 05: PNCM, Cachoeira da Prata	35
Foto 06: PNCM, Cachoeira da Prata	35

QUADRO

Quadro 01 Turismo alternativo	16
Quadro 02 Eficácia das Ações Estratégicas	48

FIGURA

Figura 01 Aspectos positivos e negativos do turismo no PNCM.....	17
--	----

MAPA

Mapa 01: Mapa 1 – Mapa de localização do Parque Nacional da Chapada das Mesas, Maranhão, Brasil	30
---	----

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABETA	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
APP	Áreas de Preservação Permanente
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FUNGETUR	Fundo Geral de Turismo
IBAMA	Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Não Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
MIF	Manejo Integrado do Fogo
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PARNA	Parque Nacional da Chapada das Mesas
PDS	Projetos de Desenvolvimento Sustentável
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNCM	Plano de Gestão da Unidade de Conservação
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PNUMA	Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas
PNT	Plano Nacional de Turismo
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SETUR	Secretaria de Estado do Turismo
SINASTUR	Classificação e Fiscalização dos Prestadores de Serviços Turísticos
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TIES	Sociedade Internacional de Ecoturismo
UC	Unidades de Conservação
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UEMASUL	Universidade Estadual da Região Tocantina do Estado do Maranhão
WTTC	Conselho Mundial de Turismo e Viagens

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 ECOTURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: Contexto histórico e aspectos conceituais	13
1.1 Ecoturismo: uma segmentação do Turismo	13
1.1.1 Caracterização contextual do Turismo	13
1.1.2 Ecoturismo: Conceito e Princípios	16
1.1.3 Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável.....	20
1.1.4 Caracterização do Segmento.....	23
1.1.5 As Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo.....	25
2 O PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DAS MESAS: Características, Perspectivas, Realidades e Outras Discussões	28
2.1 2.1 A criação do Parque Nacional das Chapada das Mesas e suas principais Características	28
2.1.1 Uma Unidade de Conservação - UC denominada PNCM.....	30
2.1.2 A Gestão e Fiscalização do Parque.....	32
2.1.1.1 Os atrativos do Parque Nacional da Chapada das Mesas	33
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	36
3.1 Área de Estudo	36
3.2 Técnicas e instrumentos de coletas de dados.....	37
3.3 Análise e Representação dos Dados	38
4 DISCUSSÕES E ANÁLISES DOS DADOS:As contribuições e desafios do Ecoturismo no Parque Nacional da Chapada das Mesas	40
4.1 Processo de Regulamentação do Ecoturismo	40
4.2 Fortalecimento, interação institucional e formação e capacitação de recursos humanos	42
4.3 Controle de qualidade do produto Ecoturístico.....	44
4.4 Incentivos ao desenvolvimento do Ecoturismo e a implantação e adequação de infraestrutura.....	45
4.5 Conscientização e informação do turista e a participação comunitária	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52
APÊNDICE.....	55

INTRODUÇÃO

Situado no centro-sul do estado do Maranhão, próximo dos municípios de Estreito, Carolina, Riachão e Imperatriz, o Parque Nacional da Chapada das Mesas (PNCM) foi criado por iniciativa do Governo Federal levando em consideração os impactos causados no cerrado maranhense, que abriga grande parte da fauna e flora nativa e da vegetação tipo cerrado. Trata-se de uma área de Cerrado intocada e ameaçada pela recente expansão da fronteira agrícola e siderúrgica no Maranhão.

Com uma área de 159.951,62 hectares do cerrado maranhense, o parque é um dos mais novos parques do país, composto por florestas de buritizais, sertões e relevo de chapadas vermelhas, formando um belo cenário de curiosas formações rochosas, cânions, cavernas e cachoeiras. O nome “chapada das mesas” é em função de seus platôs, que lembram o formato de mesas de pedra, algo único na região.

Levando em conta que um dos preceitos básicos do Ecoturismo é a preservação das áreas naturais e a conservação de sua biodiversidade, é importante descrever esse segmento turístico como um grande promotor do desenvolvimento e conservação de uma região.

O ecoturismo gera benefícios para a conservação da biodiversidade e pode, muitas vezes, ter sucesso na satisfação de condições normalmente satisfeitas por outras atividades. Com frequência, o ecoturismo possibilita parcerias quando as destinações turísticas se tornam competitivas e das áreas de proteção têm a capacidade e os mandatos jurisdicionais para idealizar, implantar e administrar o ecoturismo sustentável, em consonância com os objetivos da área de proteção, por meio de um modelo executável de ecoturismo (WEARING, 2014, p, 255).

Ambiciona-se um turismo que privilegie o desenvolvimento sustentável, com maior qualidade, que não cresça à custa da exploração irresponsável dos recursos naturais, como se tem verificado ao longo do processo de ocupação humana na expansão da fronteira agrícola no nordeste e norte brasileiro impactando seriamente os biomas das Amazônia legal brasileira.

Desde 1985 o ecoturismo é discutido no Brasil (BRASIL, 1994, p.09). No entanto, somente em 1994 um grupo de trabalho formado por representantes governamentais, sociedade civil organizada, empresários e consultores realizaram uma oficina seguindo orientações do IBAMA e EMBRATUR, para juntos desenvolverem as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo. Nesse evento as questões norteadoras foram desde a conceituação do ecoturismo e a atual realidade brasileira, até as ações necessárias para que a

atividade venha ser desenvolvida com ordenamento e sustentabilidade em todo o território nacional.

Como resultado do grupo de trabalho multidisciplinar o documento serve de fundamento para as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do ecoturismo em toda a federação e tem como proposta assegurar:

- à comunidade: melhores condições de vida e reais benefícios;
- ao meio ambiente: uma poderosa ferramenta que valorize os recursos naturais;
- à nação: uma fonte de riqueza, divisas e geração de empregos;
- ao mundo: a oportunidade de conhecer e utilizar o patrimônio natural dos ecossistemas onde convergem a economia e a ecologia, para o conhecimento e uso das gerações futuras. (BRASIL, 1994. p. 10)

O presente trabalho apresenta como caso de estudo o Parque Nacional da Chapada das Mesas (PNCM), território este, onde se começa a verificar o crescimento e desenvolvimento do turismo e mais especificamente o ecoturismo.

Diante disto, questiona-se o seguinte neste trabalho: A gestão do Parque Nacional da Chapada das Mesas está alinhada com as diretrizes nacionais do ecoturismo?

Com base nesta questão problema, tem-se como objetivo geral: Investigar se a gestão do Parque Nacional da Chapada das Mesas (PNCM) está alinhada com as diretrizes para uma política nacional de ecoturismo; documento este que norteia as políticas públicas voltadas para o segmento.

Para o cumprimento desse objetivo, definiu-se como objetivos específicos: 1) Descrever Ecoturismo, Desenvolvimento Sustentável, e relatar as diretrizes para uma política nacional do ecoturismo na realização da atividade turística; 2) Caracterizar o Parque Nacional da Chapada das Mesas, desde seu histórico, características geográficas, atrativos e analisar sua gestão de acordo com contexto; 3) Comparar as diretrizes para uma política nacional do ecoturismo com a prática da gestão do PNCM.

Na busca de responder a problematização acima e alcançar os objetivos pretendidos, tornou-se imprescindível o uso de uma metodologia adequada, que sistematizasse as informações da forma que recomenda Lakatos; Marconi (2017. p. 79). As fontes de consulta se deram na utilização de documentação indireta, documentação direta e observação direta intensiva, como técnicas de pesquisa.

Deste modo, além desta introdução, o trabalho foi dividido em quatro capítulos descritos da seguinte forma: o primeiro capítulo abordou preceitos históricos e conceituais do ecoturismo a partir da segmentação do turismo, suas características intrínsecas, sua relação

com o desenvolvimento sustentável e relatou as diretrizes para uma política nacional de ecoturismo.

O segundo capítulo descreveu as características e perspectivas do Parque Nacional da Chapada das mesas, como também descreveu sua contextualização histórica, as características geográficas, e a atividade do ecoturismo. Configurou-se assim uma imagem mais nítida das potencialidades e necessidades do parque, o que nos possibilitou uma análise que se seguiu.

No capítulo seguinte, foram descritos os procedimentos metodológicos e o universo da pesquisa. Procedeu-se a coleta de dados através de pesquisa documental e bibliográfica, pesquisa de campo e entrevista com o gestor do PNCM.

Por fim, o quarto capítulo abordou a análise dos dados obtidos em campo à luz do enfoque estabelecido. Foi dado amplo destaque nesta análise para o relatório do sujeito, descrito conforme diálogo realizado com o entrevistado ao longo do processo. Ainda neste capítulo, buscou-se responder, de forma propositiva, o questionamento da pesquisa e alcançar seus objetivos com o uso das análises descritiva/explicativa. Finalizando este item, apontou-se indicativos para novas pesquisas sobre a problemática em pauta.

1 ECOTURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONTEXTO HISTÓRICO E ASPECTOS CONCEITUAIS

O ecoturismo como segmento do turismo e alternativa ao turismo de massa é atualmente uma das principais atividades econômicas preocupadas com a conservação dos recursos naturais e com a cultura local, discutiremos neste capítulo seus aspectos históricos a partir do turismo como atividade econômica importante na geração de emprego e renda, que no entanto, traz consigo sérios impactos negativos, assim como, as demais atividades produtivas que ignoraram historicamente as consequências do uso inadequado dos recursos naturais.

Apresentaremos também o conceito de ecoturismo, como atividade fundamentada na natureza e cultura local, para em seguida correlacionar o segmento com o ideário do desenvolvimento sustentável, em seguida tomando por base o pensamento de Héctor Ceballos Luscarían (1998), caracterizaremos o segmento a partir de suas características focais, complementares e de apoio, para ao final do capítulo apresentar as diretrizes para uma política nacional.

1.1 Ecoturismo: uma segmentação do Turismo

A atividade turística é representativa e fundamental para diversos segmentos da economia mundial, abrangendo o mais diversificado conjunto de atividades culturais, esportivas, paisagísticas, educacionais, religiosas e representativas do cotidiano da sociedade pós-moderna.

1.1.1 Caracterização contextual do Turismo

A construção do conceito está ligada diretamente ao processo histórico do próprio conceito de turismo e este ao processo de consolidação do capitalismo como sistema econômico, desta forma, o turismo como atividade econômica “nasceu no meio do século XIX, quando o mundo passava por sua mais contundente transformação” (FIGUEIREDO; RUSCHMANN, 2004), o capitalismo industrial não somente alterou o processo de produção encurtando a diferença entre tempo de produção e de trabalho, como também formou uma classe econômica com potencial de consumo.

O surgimento de grandes aglomerados industriais, ligados diretamente às inovações tecnológicas e as conquistas dos trabalhadores por férias e melhores remunerações, formam o

conjunto de fatores determinantes para o surgimento e expansão do turismo na sociedade pós-moderna. O desenvolvimento tecnológico foi responsável pela modernização do sistema de transporte e viagens com a construção de ferrovias, a máquina fotográfica e posteriormente o automóvel consolida os elementos que encurtaram às distancias e favoreceram a transmissão de informações.

As novas relações de trabalho, segundo Hobsbawn (1982), criaram uma nova classe social além da burguesia industrial, o proletariado, embora, inicialmente submetendo-se à jornada de trabalho de até 16 horas a organização em sindicatos fez com que algumas conquistas como melhores remunerações e principalmente a diminuição da jornada de trabalho, tornasse possível o surgimento do tempo livre.

Nessa perspectiva, altera-se a concepção de tempo, que passa a ser interpretado como uma dualidade: tempo de trabalho e tempo livre. Passa-se, portanto, a prever um tempo destinado ao descanso e ao lazer. Esse tempo livre transformou-se ainda mais com o descanso semanal e as férias pagas (FIGUEIREDO; RUSCHMANN, 2004, p.168).

Estes fatores “tempo livre”, “avanços tecnológicos” e “melhores remunerações”, tornam o turismo como uma viagem moderna e também uma atividade econômica preponderante na geração de emprego e renda e o turista como uma pessoa que se desloca em busca de lazer, diversão e qualidade de vida nas suas férias (tempo livre).

Neste sentido o turismo é um tipo de consumo diferenciado, não visa à satisfação de uma necessidade fisiológica ou essencial do cotidiano humano é caracterizado na visão de Figueiredo e Ruschmann (2004, apud BOYER, 2003, p. 16) “como um conjunto de fenômenos resultante da viagem e da estadia temporária que pessoas fora do seu domicílio, na medida em que este deslocamento satisfaz, no lazer, uma necessidade cultural da civilização industrial”. Ainda de acordo com Figueiredo e Ruschmann (2004), ser turista também significa inserir-se a sociedade globalizada. É ser cosmopolita, participar de grandes eventos regionais, nacionais e mundiais produzidos pela indústria de entretenimento, cultural de consumo, é essencialmente o indivíduo que conhece o mundo e que melhor aproveita seu tempo livre.

Os números da econômica do turismo são impressionantes, dados do conselho mundial de viagens e turismo (WTTC), apontam o Brasil como a 6ª economia do setor em estudo realizado com 184 países. O referido estudo leva em consideração a importância do setor na composição do PIB, na geração de empregos, divisas e investimentos públicos e privados.

Dados do governo federal apontavam que o impacto do turismo na formação do PIB brasileiro deveria ser de 9.5% em 2014, representando um volume de R\$ 443,7 bilhões e um crescimento em relação ao ano anterior na ordem de 5.2%, para a WTTC o crescimento do turismo no Brasil supera a média mundial de 2.5% (IBGE, 2012).

Com relação ao volume de recursos cambiais no ano de 2016, a Associação brasileira de empresas de eventos publicou dados do banco central (BACEN), apontando o volume de US\$ 6.024 bilhões como recursos gastos pelos turistas entre janeiro e dezembro deste ano, representando um crescimento de 3.08% com relação ao ano de 2015. É considerável também o volume de emprego gerado pelo setor no ano de 2016, segundo a WTTC no ano de 2016 o setor empregou diretamente dois milhões e 500 mil pessoas, o que representa 2,8% do total de empregos da economia (IBGE, 2012).

Conforme estudo sobre a econômica do turismo (uma perspectiva macroeconômica 2003-2009), realizado pelo ministério do planejamento, orçamento e gestão em conjunto com o IBGE, no ano de 2009 as atividades relacionadas ao turismo geraram um Valor Bruto de Produção (VBP) na ordem de R\$ 213,3 bilhões, participando com 7,3% do setor de serviços na economia nacional neste ano. (IBGE, 2012).

No entanto, embora, os números econômicos da atividade sejam relevantes para a econômica nacional, o turismo de massa ou turismo tradicional, promove também sérios impactos negativos, que na visão de Ruschman (2000, p. 34):

...são consequência de um processo complexo de interação entre o turista, as comunidades e os meios receptores. Muitas vezes, tipos similares de Turismo provocam diferentes impactos, de acordo com a natureza das sociedades nas quais ocorrem.

Na visão de Dall'Agnoll (2012), os impactos negativos, estão relacionados a efeitos de aculturação e imitação, tendo em vista, a exposição que a comunidade local fica em relação à cultura, gostos e hábitos introduzidos pelo turista, outro efeito negativo seria as trocas urbanísticas, meio ambiente e arquitetônicos que influenciam e modificam a demográfica do local, estão também ligados a instabilidade do mercado receptor por motivos políticos e sociais e podem ser também de natureza sanitária e de higiene.

Destacamos no quadro 1, abaixo o conjunto de impactos positivos e negativos do turismo, conforme o autor.

Quadro 1 - Aspectos Positivos e Negativos do Turismo

<i>Aspectos Positivos</i>	<i>Aspectos Negativos</i>
<p style="text-align: center;">Econômicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Influxo de dinheiro • Efeito multiplicador • Indústrias de serviços com trabalho intensivo • Melhor infraestrutura: estradas, água, esgotos, aeroportos, recreação • Gastos dos residentes com o uso de atrações criado pelo desenvolvimento 	<p style="text-align: center;">Econômicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sazonalidade • Vazamento econômico • Imigração de estrangeiros como mão-de-obra • Custo de segurança para balancear o crime • Perda de rendimentos devido a crises econômicas/terrorismo • Custos de preservação
<p style="text-align: center;">Sociocultural</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da perspectiva social • Preservação de laços familiares • Mobilidade incrementada • Apreciação do patrimônio e da identidade étnica • Estimulo do folclore; criação de museus 	<p style="text-align: center;">Sociocultural</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coca-colonização • Perda de identidade cultural na comunidade global • Transformação dos turistas em “coisas” • Deterioração de sítios históricos devido ao uso exagerado • Medo do terrorismo e crime • Simplificação da cultura
<p style="text-align: center;">Ambientais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conscientização da necessidade de conservação • Estabelecimento de marcas ecológicas • Conscientização dos limites dos recursos globais • Estabelecimento dos limites de uso de terras 	<p style="text-align: center;">Ambientais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Transformação de parques nacionais e zoológicos • Perda das áreas selvagens • Poluição • Uso exagerado do habitat devido à febre do ecoturismo

Fonte: DALL'AGNOL (2012, apud SMITH, 1989, p. 100).

Sendo o turismo a melhor forma de viagem estruturada e organizada, abrangendo diversos impactos econômicos, ambientais e culturais, nos concentraremos em seguir no conceito de ecoturismo como um dos mais importantes segmentos da atividade turística, sendo também considerado como um contraponto ao turismo de massa e seus impactos negativos.

1.1.2 Ecoturismo: Conceito e Princípios

Embora seja representativa a participação do turismo na economia mundial, são também consideráveis os impactos negativos desta atividade, conforme demonstrado no quadro acima. Neste sentido o turismo ecológico ou ecoturismo representa uma alternativa a pratica turística com menos impactos ao meio ambiente e a cultura local.

Assim como as demais atividades econômicas da sociedade pós-moderna, o turismo sofre, também, como atividade produtiva, inovações constantes e contínuas, muitas delas em

razão do surgimento de novas demandas e pela difusão do conhecimento. Neste sentido o setor do turismo se especializa, deixando de ser generalista para segmentação.

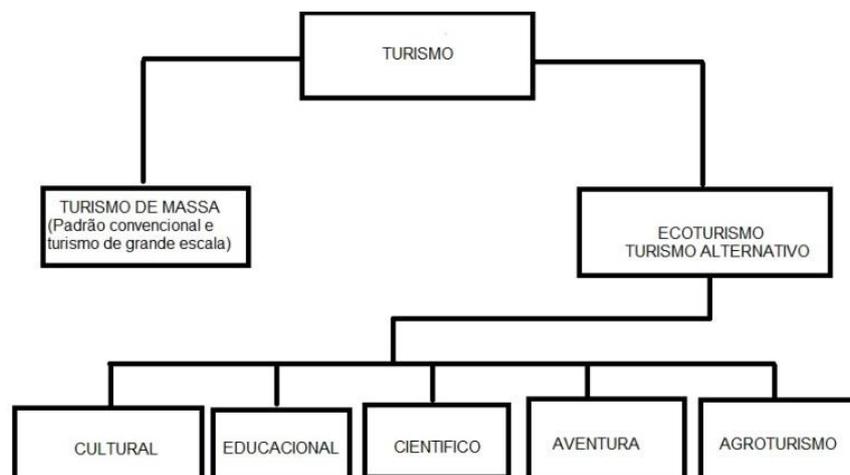
O processo de segmentação o turismo disponibiliza aos seus consumidores (turistas), diversas opções, conforme destaca Brasil (1994, p. 11), turismo cultural, turismo esotérico, turismo da maior idade, turismo esportivo, turismo náutico e ecoturismo.

Já para Wearing (2014), o ecoturismo é uma alternativa aos crescentes efeitos negativos impostos pelo turismo de massa, tanto na cultura local quanto ao meio ambiente. Para o autor o ecoturismo seria uma espécie de turismo comedido, com impactos mínimos sobre o meio ambiente e cultura local, sendo desta maneira, considerado como um turismo alternativo. Ainda de acordo com esse autor:

O termo em si abrange uma ampla gama de elementos: Uma forma de “turismo alternativo” que se contrapõe ao turismo de massa. Uma orientação filosófica particular voltada para a natureza. Turistas caracterizados por motivações específicas. Práticas Turísticas. Um produto turístico. Níveis de tecnologia. Soluções de planejamento. Uma abordagem relativa à política local, regional, nacional e internacional. Uma estratégia para o desenvolvimento sustentável. Wearing (2014, p. 02).

Como turismo alternativo, significa oposto ao convencional, o contrário do que está em prática, por esta ótica o ecoturismo é um contra-ponto ao turismo de massa, em todas as suas magnitudes e extensões, é assim, contrário aos aspectos negativos tanto ao meio ambiente quanto à cultura local, “caracteriza-se pela tentativa de minimizar o visível impacto ambiental e sociocultural negativo das pessoas em férias, promovendo abordagem radicalmente diferentes ao turismo convencional” (WEARING, 2014, p. 02).

Figura 1 - Turismo alternativo



Fonte: WEARING apud MIECZKOWSKI, 1995, p.459. (Adaptado pela autora).

A oposição ao turismo de massa e convencional de grande escala, vai além dos aspectos relacionados à preservação ambiental no seu aspecto físico e biológico, contempla também os elementos da cultura local, educacional e científico, neste sentido o ecoturismo é também uma forma de turismo alternativo.

El ecoturismo es una de las formas de turismo alternativo. En su concepción más simple, el ecoturismo se puede describir como un turismo mesurado, que produce un mínimo impacto en el entorno, es interpretativo, en el que se persiguen objetivos relacionados con la conservación, la comprensión y el aprecio por la entorno y las culturas que se visitan. Es la modalidad más especializada que supone viajar a zonas vírgenes, o a territorios donde la presencia de seres humanos es mínima y donde el ecoturista expresa una motivación en educarse, sensibilizarse desde el punto de vista ambiental y cultural mediante la visita y la experiencia vivida en la naturaleza (MONTES; 2006, p. 11).

O termo em si, conforme a literatura estabelece atualmente, foi utilizado inicialmente (WEARING(2014); MONTES (2016); RHODES (2015) pelo arquiteto mexicano Hector Ceballos Luscurain em 1981, primeiramente como turismo ecológico e em seguida já no ano de 1983 o termo ecoturismo utilizado em diversas palestras como presidente da PROMATURA¹ e também membro do ministério do Desenvolvimento Urbano e Ecologia do México conforme WEARING (2014).

O conceito utilizado por Hector Ceballos Luscurian, segundo Rhodes (2015) representava basicamente o seguinte:

El ecoturismo es aquella modalidad del turismo que consiste en viajar a áreas naturales relativamente sin perturbar con el objeto específico de admirar, disfrutar y estudiar su paisaje, su flora y su fauna silvestre, así como las manifestaciones culturales (tanto presentes como pasadas) que allí puedan encontrarse.

A partir dos trabalhos à frente destas organizações e na luta pela conservação das áreas de floresta tropical no México o termo utilizado por Luscurian alcança outras dimensões na discussão acadêmica e também nas organizações governamentais e não governamentais relacionadas com as questões ambientais e ecológicas.

Para Wearing (2014), Lascurían identificou o ecoturismo como uma prática turística em que a natureza seria o foco principal e para tanto envolveria dois aspectos fundamentais, ou seja, viagem para ambientes naturais e não devastados e também para experimentar o ambiente natural.

A preocupação ambiental na forma como o conceito do ecoturismo proposto pelos autores acima expressa, é também reflexo de novos posicionamentos em diversos outros

¹ PROMATURA, ONG mexicana de conservação (STEPHEN, 2014, p. 06).

segmentos da sociedade. Olhar a natureza com novas perspectivas significa também uma mudança de enfoque do uso dos recursos naturais como insumo no processo produtivo em geral.

Na visão de Dale (2005), o conceito de ecoturismo se remete a discussão mundial sobre o uso dos recursos naturais no final da década de setenta, anos oitenta e principalmente nos anos noventa, período intitulado pelo autor como “contestação”, onde diversos segmentos da economia foram contestados em seus fundamentos, principalmente relacionado ao uso irracional dos recursos naturais. “O processo de contestação, de buscar alternativas, motivou pesquisadores, empreendedores, trabalhadores, consumidores, gestores públicos...uma parte importante da sociedade” (DALE, 2005, p. 02). Esta motivação busca alternativas ao processo de produção até então dominante na sociedade, ser alternativo é conhecer profundamente os aspectos tradicionais da atividade dominante, além dos diversos aspectos até então não explorados, ou seja, aspectos sociais, ambientais, culturais entre outros.

Neste sentido as contestações resultaram assim em novos modelos econômicos e sociais, modificando até mesmo o comportamento dos consumidores, é desta maneira que a valoração ambiental é inserida no contexto das relações de consumo e produção, no setor de turismo como alternativa ao turismo de massa, “o ecoturismo representa hoje, então, bem mais uma opção técnica em como se explorar turisticamente os recursos naturais” Dale (2005, p.03), passa ser também um estilo de vida ou um modo de consumo alternativo.

É também no contexto da contestação e meios alternativos para o processo de produção e consumo, que o termo “sustentabilidade” passa a ser utilizado em diversos contextos, turismo sustentável, consumo sustentável, indústria sustentável, agricultura sustentável entre outros passam a ser utilizados globalmente. “Uma atividade sustentável pela sociedade recebe esta denominação por estar embasada em conceitos objetivos amplamente discutidos – ao menos em escala global para cada segmento da economia” (DALE, 2005, p. 04).

O ecoturismo inserido neste contexto de consumo alternativo, sustentável, contemplativo e harmonioso com o meio ambiente, é enfim, um conceito muito amplo, definido de forma produtiva é exercitar seus aspectos integradores, neste aspecto Dale (op.cit), destaca a promoção da diversidade, a integração harmoniosa entre os povos e a sustentabilidade.

Assim o conceito de ecoturismo conforme Ceballos-Lascurían (1998), Dale (2005), Wearing (2014) dentre outros, mostra a estreita relação entre a atividade e o novo paradigma

ambiental oriundo do relatório Brundtland² em 1987, pela comissão de meio ambiente e desenvolvimento das Nações Unidas (ONU) – intitulado “Nosso Futuro Comum”, neste novo paradigma a valoração da natureza a partir do seu próprio valor, o planejamento e ação para controlar riscos, o reconhecimento dos limites para o crescimento econômico, o entendimento das necessidades de uma nova sociedade e o estímulo à participação das comunidades locais inseridas ou não no mercado ou nas organizações governamentais, formam a base para todas as atividades produtivas e de consumo.

A idéia do turismo baseado na natureza, poderia então, como alternativa ao turismo de massa, alinhar, conservação ambiental, cultura local e geração de emprego e renda para as comunidades receptoras.

1.1.3 Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável

O esgotamento dos recursos naturais e conseqüentemente os sérios problemas ambientais causados pela intervenção econômica do homem, principalmente em atividades desenvolvidas em unidades de conservação, tem levado a novas discussões sobre desenvolvimento. Nesse sentido, alguns conceitos têm procurado demonstrar uma nova tendência no debate acadêmico.

De acordo com Giansanti (1998, p. 09) as primeiras referências ao tema estão relacionadas com as colocações do engenheiro florestal norte-americano Gifford Pinchot, ainda no século XIX, para o autor as colocações de Pinchot se apoiavam em três princípios básicos: o uso dos recursos naturais pelas gerações presentes, a prevenção do desperdício e o desenvolvimento dos recursos naturais para muitos e não para poucos. Porém, somente na conferência das ONU, em Estocolmo, na década de 70, é que o tema toma o meio acadêmico como uma preocupação geral.

Até então, o pensamento predominante na teoria econômica era de que o desenvolvimento econômico, dependia fundamentalmente da elevação da produtividade dos diversos fatores de produção, esta por sua vez, da acumulação de capital, nesta linha de pensamento estão os economistas Thomas Malthus, David Ricardo e Adam Smith, formuladores do pensamento clássico. “Ao imputar ao crescimento da produtividade do sistema econômico, decorrente da acumulação de capital, papel fundamental no processo de

² Em 1983 assume a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente a médica Gro Harlem Brundtland, em 1987 a Comissão Brundtland, como ficou intitulada, publicou o relatório “Nosso Futuro Comum”, no qual as questões ambientais são tratadas como parte fundamental do desenvolvimento, estabelecendo os pilares do conceito de Desenvolvimento Sustentável.

desenvolvimento econômico, este conceito pode derrapar no excessivo economicismo” (LEMOS, 2005, p. 22).

Desassociando as atividades econômicas das relações sociais e políticas, neste sentido, corre-se o risco de não levar em conta os problemas estruturais e conseqüentemente a aplicação de políticas públicas desvinculadas da realidade social de uma região.

Já para Shumpeter (1988), o desenvolvimento consiste em mudanças na vida econômica impostas de pelos fatores internos da própria economia, não dependendo dos aspectos externos. “Entendemos por desenvolvimento, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa” (SHUMPETER, 1988, p. 47). Embora, faça distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento, também não leva em consideração a influência dos fatores sociais e políticos nas mudanças ocorridas no fluxo circular da economia³. Para o autor as mudanças descontínuas no fluxo circular promovidas por novas combinações dos fatores de produção, são à base de sua construção teórica. “Na medida em que não for este o caso, e em que as novas combinações aparecerem descontínuamente, então surge o fenômeno que caracteriza o desenvolvimento em nosso sentido” (SHUMPETER, 1988, p. 48).

Ao fazer clara distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento, Shumpeter (1988) rompe com os argumento clássico de Malthus, Ricardo e Smith, abrindo caminho para o entendimento de que o desenvolvimento é um processo histórico e que independe de classes sociais ou de contextos específicos, as mudanças descontínuas a que ele se refere, podem ocorrer em qualquer esfera da produção e em contextos econômicos e sociais distintos, podendo ocorrer tanto nas economias desenvolvidas como nas subdesenvolvidas.

Muito embora numa perspectiva distinta da visão clássica, o conceito shumpeteriano, não leva em consideração o fator humano e sua relação com o meio ambiente, ou seja, não identifica as conseqüências para gerações futuras da utilização indiscriminada dos recursos naturais e o impacto da ação econômica do homem. As mudanças descontínuas no fluxo circular agredindo ou não o meio ambiente, representariam possibilidades de desenvolvimento econômico.

A visão moderna de desenvolvimento, tem por base a relação homem e meio ambiente, reconhece que o crescimento econômico, que não traduza em melhoria das condições de vida para a população, é socialmente insustentável. Nesta perspectiva algumas

³ Fluxo circular da economia é uma expressão utilizada por Shumpeter para descrever o funcionamento do sistema econômico como um todo.

definições, embora ainda divergentes e incompletas, procuram sintetizar o conceito de desenvolvimento sustentável.

Nesta perspectiva Lemos (2005), define desenvolvimento como sendo um processo que incorpora quatro dimensões básicas: 1 - dimensão geoambiental, 2 - dimensão socioeconômica, 3 - dimensão técnico - científica e 4 - dimensão político-institucional. A dimensão geoambiental leva em consideração os impactos geográficos e físicos e as repercussões sobre a base dos recursos naturais. A dimensão socioeconômica, busca a promoção das condições necessárias o progresso econômico de forma justa e equitativa. A dimensão técnico-científica, objetiva assegurar os avanços tecnológicos em benefício de toda a população. A dimensão político-institucional, procura garantir a participação e representatividade política que garantam a implantação de ações favoráveis ao desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável como novo paradigma do desenvolvimento teria de acordo com Sachs (1993), os seguintes princípios norteadores: a) ser solidário com as gerações futuras; b) satisfazer as necessidades básicas dos cidadãos; c) buscar a participação efetiva da população envolvida, que é constituída dos verdadeiros atores do processo de desenvolvimento; d) ter como meta a busca incessante da preservação dos recursos naturais, renováveis e/ou não-renováveis, bem como do meio ambiente em geral; e) criar um sistema social que garanta o trabalho estável com remuneração digna para todos, segurança social e pessoal, e preservação cultural; d) promover projetos e planos educacionais em todos os níveis para toda a população.

Com base nestas formulações o Relatório Brundtand elaborado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente em 1987, apresentou uma série de sugestões que deveriam ser tomadas pelos formuladores das políticas públicas para a promoção do desenvolvimento sustentável.

As sugestões partiam da limitação do crescimento populacional, da garantia de segurança alimentar a longo prazo, da preservação do meio ambiente, diminuição do consumo de energia e o desenvolvimento de tecnologias que incorporassem o uso de fontes renováveis, da satisfação das necessidades básicas dos indivíduos, do aumento da produção industrial em países não industrializados, do controle da urbanização desenfreada das populações; e da promoção de uma melhor integração entre meio rural e cidade.

Para tanto, dever-se-ia compatibilizar eficiência econômica com justiça social e com prudência ecológica. “Desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que satisfaz as

necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (BRÜSEKE, 1995, p.33).

Entendemos, assim, que promover o desenvolvimento de uma região é promover a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes; é utilizar os recursos da natureza respeitando sua taxa de reprodução de maneira que as futuras gerações possam também usufruir; é promover a cidadania e a participação política igualmente; é aumentar o grau de acesso à renda e também à riqueza, ao conhecimento e às decisões públicas.

Podemos então, afirmar que desenvolvimento só é desenvolvimento se for humano, social e sustentável, (FRANCO, 2001, p.36) e que nesta perspectiva o ecoturismo como atividade turística em contraposição ao turismo de massa, consiste em uma alternativa para geração de emprego e renda para as comunidades locais, sem, no entanto, comprometer o uso dos recursos naturais e a cultura local.

Não resta dúvida que o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação, em que a exploração dos recursos, o destino dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional devem considerar as necessidades das futuras gerações. A respeito, Sachs (1993) afirma que, para planejar o desenvolvimento é imprescindível ponderar simultaneamente cinco dimensões de sustentabilidade: a social, a econômica, a ecológica, a espacial e a cultural.

Assim, segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza e Recursos Naturais (apud SACHS, 1993, p. 03), o “[...] desenvolvimento sustentável é o método que melhora a qualidade de vida das comunidades humanas e, ao mesmo tempo, respeita as fronteiras da capacidade de carga dos ecossistemas”.

1.1.4 Caracterização do Segmento

Sendo o ecoturismo uma atividade turística alternativa ao turismo de massa com foco central na natureza e cultura local, tendo ainda estreita relação com o ideário do desenvolvimento sustentável, a caracterização da atividade como segmento do turismo leva em consideração todos os aspectos existentes em determinada localidade que possibilite ao ecoturista a contemplação harmoniosa dos seus atrativos.

Nesse sentido, Ceballos-Lascurían (1998), destaca a importância do inventário ecoturista para caracterização do ambiente onde a atividade deverá ser praticada. Para o referido autor o inventário ecoturista deve compreender o conjunto de descrições ordenadas e qualificadas de todos os elementos que constituem os principais atrativos e objetos de interesse do ecoturista e desta forma caracterizar o segmento como tal.

No âmbito de suas características devidamente levantadas, os atrativos ecoturistas podem ser caracterizados conforme Ceballos-Lascurían (op.cit) em três categorias elementares: atrativos focais, complementares e de apoio.

Os atrativos focais, são aqueles que descrevem a razão/sentido do local. Referem-se aos elementos distintos do patrimônio natural e cultural que existem em determinada localidade e que por si mesmo definem a necessidade de preservação ao mesmo tempo em que podem ser explorados pela atividade. “Son aquellos rasgos intrínsecos de singularidad que mejor caracterizan a dicho sitio o región y el motivo fundamental por lo qual los ecoturista querrán visitarlo” (CEBALLOS-LASCURÍAN, 1998, p.45).

Os atrativos complementares, assim como, os focais, também estão relacionados com os elementos do patrimônio natural e cultural, no entanto, são somente aqueles que não possuem o mesmo grau de importância no momento da realização do inventário ecoturista, são aqueles que por si só não despertariam tamanho interesse para visitação e exploração como atividade principal, porém, complementam a atividade principal, consiste assim em interesse adicional que agrega valor para o ecoturista (CEBALLOS-LASCURÍAN, 1998).

No entanto, as estruturas de apoio, também são fundamentais para caracterização do segmento, são representadas por todos os elementos artificiais, criados em função dos elementos focais e complementares e representada pela cadeia de infraestrutura do local, alojamentos, restaurantes, serviç os de logística e demais elementos que tornem a atividade mais confortável e adequada. Estas estruturas surgem em razão das características focais e complementares de uma região citadas acima, quando mais interessante – pela  tica do ecoturista – forem estas características, mais sofisticadas serão as estruturas de apoio, porém, conforme Ceballos-Lascurían (1998 opt cit), as características das estruturas de apoio devem possuir uma arquitetura harmoniosa com os elementos naturais e culturais existentes.

Desta forma, caracterizamos os segmentos por seus elementos focais, complementares e de apoio que deverão ser levantadas através de um amplo inventário ecoturista, adotamos para os fins deste trabalho o modelo de inventário estabelecido por Ceballos-Lascurían (1998, op cit).

Este inventário deverá descrever inicialmente os aspectos geográficos da localidade, seu nome, localização, superfície e meios de acesso. Em seguida as descrições dos meios de circulação interna, onde será descrito toda estrutura de deslocamento até os pontos ecoturistas. Passando em seguida para descrição dos recursos visuais, como a configuração básica do terreno, variedade de elementos geomorfológicos, variedades de recursos hídricos e padrões

da vegetação, posteriormente os padrões climáticos da região, a partir de então, passa-se para descrição dos elementos naturais e culturais existente e potenciais.

Resulta ainda importante para caracterização dos segmentos, a biodiversidade existente, os fenômenos hidrológicos do parque, os sítios e monumentos históricos, a gastronomia local e suas manifestações artísticas, como música, festas e tradições populares. Com isto o segmento será classificado como ambiente adequado para pratica do ecoturismo.

1.1.5 As Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo

Conforme destacado anteriormente neste trabalho o final da década de 70, os anos 80 e início da década de 90, marcaram o debate ambiental na sociedade, com destaque para as formas sustentáveis de atividade econômica. É neste sentido que o ecoturismo toma forma em meio ao amplo debate sobre a degradação dos recursos naturais e a necessidade de novas formas de exploração.

No Brasil em âmbito governamental o ecoturismo é discutido no governo do então presidente Itamar Franco em 1987 com a criação de uma comissão técnica nacional, composta por especialistas do instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), para monitorar o projeto de turismo ecológico, até então desorganizado (BRASIL, 1994, p.09).

O ecoturismo praticado no país nas décadas de 80 e 90, representava somente iniciativas puramente mercadológicas, deixando de gerar os benefícios ao meio ambiente e às culturas locais, conforme se propõe a atividade. Em razão disto é criado através da Portaria Interministerial 001, de 20 de abril de 1994, grupo de trabalho com técnicos do IBAMA e EMBRATUR, para desenvolver uma política nacional de ecoturismo (BRASIL, op. cit).

As diretrizes para uma política nacional do Ecoturismo é um documento elaborado por uma comissão multidisciplinar e técnica, que visa nortear o desenvolvimento do ecoturismo e também ser base para implantação de políticas públicas voltadas para o segmento, que priorize: melhores condições de vida para e reais benefícios para as comunidades locais, valorize e conserve o meio ambiente, gere renda, empregos e divisas e oportunize a comunidade internacional e nacional conhecimento e uso de nosso ecossistema, sem no entanto, impossibilitar que as gerações futuras façam o mesmo uso.

Desta forma, os objetivos da Diretrizes para uma política Nacional do Ecoturismo, conforme Brasil (1994, p. 21), são:

- compatibilizar as atividades de ecoturismo com a conservação de áreas naturais;
- fortalecer a cooperação interinstitucional;

- possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos atuantes no setor;
- promover, incentivar e estimular a criação e melhoria da infra-estrutura para a atividade de ecoturismo, e
- promover o aproveitamento do ecoturismo como veículo de educação ambiental.

Como se observa, o conjunto de objetivos das diretrizes para uma política Nacional de ecoturismo estão alinhados com a filosofia do segmento e seu conceito mais amplo, estabelece ainda um conjunto de 9 (nove) ações e 71 (setenta e uma) estratégias para que os mesmos sejam alcançados.

Conforme Brasil (op. cit, p. 23) as ações estabelecidas nas diretrizes seriam:

- Regulamentação do Ecoturismo,
- Fortalecimento e interação interinstitucional,
- Formação e Capacitação de Recursos Humanos,
- Controle de Qualidade do Produto Ecoturismo,
- Gerenciamento de Informações,
- Incentivos ao desenvolvimento do Ecoturismo,
- Implantação e Adequação de Infra-Estrutura,
- Conscientização e Informação do Turista, e
- Participação Comunitária.

Para cada ação um conjunto de estratégia foi estabelecido, destacamos as seguintes: a elaboração de um conjunto de dispositivos e mecanismos legais para fiscalização e a definição de responsabilidades inter e intra-institucionais para o desenvolvimento do ecoturismo, seriam, fundamentais para que a primeira ação tivesse efetividade.

Assim também como a promoção de criação de fórum permanente de discussões sobre ecoturismo e o apoio aos eventos para disseminação de informações sobre o segmento, relacionados à segunda estratégia.

Com relação à formação e capacitação dos recursos humanos, destacamos as seguintes estratégias: o desenvolvimento de campanhas de conscientização em todas as esferas governamentais para as vantagens do ecoturismo como alternativa para o desenvolvimento sustentável e também o incentivo às universidades no desenvolvimento de teses sobre o tema, no caso específico da formação e capacitação de recursos humanos, o envolvimento das esferas governamentais, da sociedade civil organizada e a produção científica, representam no contexto do ecoturismo nacional um aspecto importante para que os objetivos das diretrizes nacionais sejam alcançadas.

Ressaltamos também, os incentivos ao desenvolvimento do ecoturismo, neste caso, destacam-se às estratégias de alocação de recursos para o segmento, a articulação com organizações não-governamentais nacionais e internacionais e a inclusão do ecoturismo nas agências de desenvolvimento como alternativa prioritária ao desenvolvimento sustentável.

Destacamos ainda a ação de implantação e adequação de infra estrutura, como estratégia para as estruturas de apoio que caracterizam o segmento do ecoturismo, para esta ação as principais estratégias conforme as diretrizes nacionais (BRASIL, 1994 p. 29), diz respeito à promoção à terceirização dos serviços e equipamentos turísticos nas unidades de conservação, como também, os incentivos aos órgãos competentes em todas as esferas governamentais para implantação de programas de saúde, saneamento, transporte e comunicação nas regiões onde o ecoturismo se desenvolve. Como se observa estas ações quando implantadas tornaram as estruturas de apoio ao ecoturismo mais adequadas.

De forma geral as ações e suas respectivas estratégias tornam as diretrizes para uma política nacional do ecoturismo um importante elemento organizacional e objetivam a ordenação do segmento, harmonizando a atividade com a conservação e proteção ao meio ambiente e cultura local, elementos centrais do conceito discutido ao longo deste trabalho.

2 O PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DAS MESAS: CARACTERÍSTICAS, PERSPECTIVAS, REALIDADES E OUTRAS DISCUSSÕES

Com uma dimensão continental de 8.511.596,3 Km², o Brasil abrange desde regiões equatoriais ao norte até áreas extratropicais ao sul (Brasil 1994, op. cit), uma climatologia e geomorfologia diversificada e extraordinária diversidade ecológica.

Com esta superfície o país possui diferentes ecossistemas: Floresta amazônica ao Norte; Mata atlântica no seu extenso litoral; Cerrado, presente em todo o Planalto Central; Pantanal de Mato Grosso; Caatinga no Nordeste; Floresta de araucária e Campos no Sul; Manguezais no Nordeste e Zonas costeiras.

Toda esta diversidade ecológica, climática e geográfica, a criação de unidades de conservação (UC), é o mecanismo encontrado para proteção da considerável riqueza paisagística do País.

2.1 A criação do Parque Nacional das Chapada das Mesas e suas principais Características

Criado por meio de Decreto presidencial, de 12 de dezembro de 2005, o Parque Nacional da Chapada das Mesas é fruto de um processo histórico onde a comunidade local de forma organizada busca proteger a região contra o avanço da fronteira agrícola e empreendimentos que pudessem pôr em risco o valor ecológico e seu potencial turístico.

No contexto da rica diversificação paisagística do país, o parque, é uma das mais novas unidade de conservação (UC) da federação, por estar inserida no bioma cerrado e se caracteriza por uma grande biodiversidade. Está localizada no oeste do Estado do Maranhão, na bacia do rio Tocantins, e abriga grande nível de riquezas naturais e abundância de espécies da flora e fauna. Tem em sua abrangência os municípios de Estreito, Carolina e Riachão. Desta forma, sofre influência do contexto regional diversificado⁴.

Municípios nos quais incide a unidade de conservação e algumas de suas características

Município	População (IBGE 2007)	População rural (IBGE 2001)	População urbana (IBGE 2001)	Estado	Área do município (ha)	Área da UC no município (ha)	Porcentagem da UC no município (%)
Riachão	21016	11888	9095	MA	637.315	11.086	6.9 %
Estreito	26490	7084	15846	MA	271.896	14.916	9.28 %
Carolina	24442	9629	14362	MA	644.156	134.684	83.82 %

Fonte: <https://uc.socioambiental.org/uc/1843>.

⁴ Somatório da população dos municípios no entorno do PNCM, conforme dados do IBGE Cidades.

Na área de abrangência do Parque moram e trabalham aproximadamente 400 (quatrocentas) famílias tradicionais que preservam o meio ambiente há mais de três séculos, através de sucessivas gerações. Em sua grande maioria composta por agricultores familiares e extrativistas, os quais, através de conhecimentos de vivências tem garantido o desenvolvimento de suas atividades. (PROJETO DE LEI 6.927,2010)

O potencial ecológico do PNCM, pode ser visto na paisagem da região, composto por áreas de tabuleiro que sobre transformações no decorrer dos anos, sendo percebido “até mesmo por olhos nus quando vislumbramos uma imensidão de areias sendo levadas pelo vento e erodindo muito devagar” Marques (2012, p. 46). Uma paisagem belíssima para apreciação do público ecoturista em geral.

Foto 1 – Paisagem do Parque Nacional da Chapada das Mesas



Fonte:

A percepção da bela paisagem do parque é o elo de ligação com o meio ambiente, uma percepção da natureza com seus atrativos naturais e singulares, aproxima o visitante à região ao mesmo tempo que atrai novos olhares.

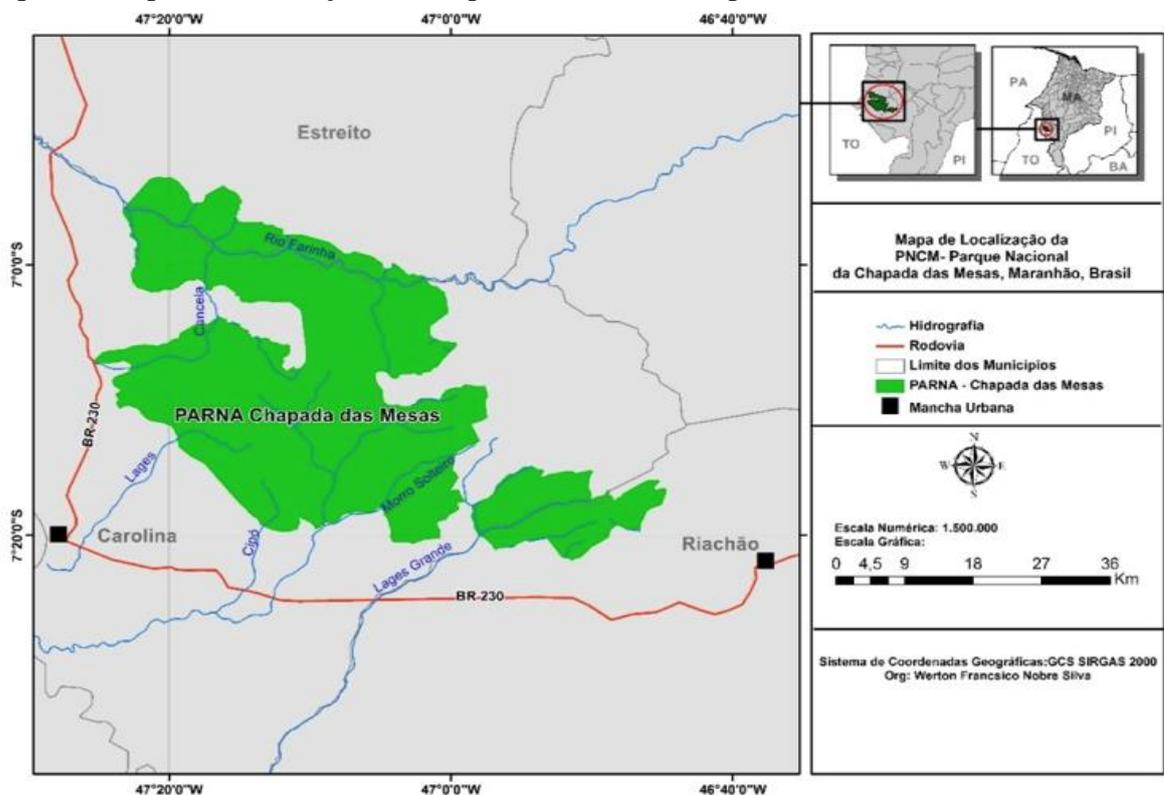
Ainda de acordo com Marques (2012), existe no interior do PNCM considerável número de nascentes, que abastecem as principais bacias hidrográficas do centro-oeste e nordeste do país, a do rio Parnaíba, Araguaia/Tocantins e do São Francisco, por esta característica a necessidade de preservação dos recursos hídricos foram fundamentais para a criação do PNCM como UC.

2.1.1 Uma Unidade de Conservação - UC denominada PNCM

A expansão da fronteira agrícola no cerrado brasileiro, representado pelo avanço do agronegócio em detrimento das formas camponesas de produção, foi fundamental para a criação de unidades de conservação denominada Parque Nacional da Chapada das Mesas, no entanto, a criação das UC no país não atenderam somente aos objetivos de conservação da biodiversidade, historicamente estiveram ligados também a regulação do uso econômicos de seus recursos conforme destaca Ramos (2012, p. 48), “Apesar de hoje haver um consenso quanto ao propósito das unidades de conservação, os objetivos originais dos parques e reservas eram múltiplos e complexos, e, muitas vezes, distantes da orientação universal para a conservação da natureza.

Como exemplo deste processo, temos no país a criação dos Parques Nacionais do Araguaia e de Brasília, vinculados ao plano de metas do governo JK, ainda na década de 50.

Mapa 1 – Mapa de localização do Parque Nacional da Chapada das Mesas, Maranhão, Brasil.



Fonte: MMA, 2015; Organização: SILVA, W.F. N, 2016.⁵

⁵ Disponível em:

https://www.google.com.br/search?q=parque+Nacional+da+Chapada+das+Mesas+mapa&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwixq6OS6LnaAhUIDpAKHdYfALEQ_AUICygC#imgrc=L6u6GD4oICM-uM:

Unidade de Conservação - UC é a nomenclatura atribuída pela lei 9.985, de julho de 2000 que instituiu o Sistema Nacional de Conservação da Natureza - SNUC, às áreas naturais, que por suas características, necessitam de proteção. Possuem uma função estratégica para a conservação do meio ambiente, além de, garantir às comunidades do seu entorno o desenvolvimento de atividades econômicas com sustentabilidade.

No Brasil as UC, estão divididas em dois grupos, as Unidades de Proteção Integral, onde só é possível a exploração indireta dos atributos naturais, também divididas em: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. E as Unidades de Uso Sustentável, caracterizadas pelo uso direto e parcial dos recursos naturais existente na região que se dividem em: Área de Proteção Ambiental, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Área de Relevante Interesse Ecológico, Reserva de Desenvolvimento Sustentável E Reserva Particular do Patrimônio Natural (Icmbio.gov.br).

O Parque Nacional da Chapada das Mesas como UC, está classificada como Unidade de Uso Sustentável na categoria de Área de Proteção Ambiental, foi criada através do decreto presidencial de 12 de dezembro de 2005 e possui como órgão gestor o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e bioma declarado o cerrado.

O PNCM está localizado estrategicamente numa região com grande potencial turístico e de fácil acesso pela rodovia BR 230. Além das chapadas tubulares de arenito o parque possui varias cachoeiras de águas limpas e de temperatura agradável. No entanto, os principais atrativos turísticos da região não estão no parque, como as cachoeiras da Pedra Caída, Encanto Azul, Cachoeira da Prata e Portal da Chapada. No interior do parque existem somente dois atrativos: Cachoeira de São Romão e Cachoeira da Prata.⁶

Ainda de acordo o ICMBIO, os fatores abióticos da UC, são descritos da seguinte forma: possui um relevo de mesetas, com presença de serras e morros testemunhos, os solos são quase em sua totalidade formado por neossolos quartzarênicos, geologia sambaíba e hidrologia composta pelos cursos de águas do rio Farinha, localizado no norte da UC e o rio Itapecuru ao sul. Uma vegetação típica do cerrado, formada por campos sujos, campos limpos e áreas de cerradão, sua fauna é composta de três grandes biomas: Caatinga, Cerrado e Amazônia (Brasil, 2017).

⁶ Disponível em: <http://observatorio.wwf.org.br/unidades/cadastro/358/>

2.1.2 A Gestão e Fiscalização do Parque

O decreto presidencial de criação do PNCM, estabelece no seu Art. 3º “O Parque Nacional da Chapada das Mesas será administrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que deverá adotar as medidas necessárias à sua efetiva proteção e implantação”. Desta forma cabe ao IBAMA a coordenação de todas as ações necessárias para que os objetivos estabelecidos na criação do parque sejam alcançados.

Além do IBAMA, o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBIO), exerce por delegação do Ministério do Meio Ambiente a gestão local de todas as Unidades de Conservação no país, atividade esta responsável pela coordenação das principais ações estabelecidas nos planos de manejo das UC.

Com base em suas delegações o ICMBIO criou através da portaria 102, de 5 de setembro de 2012, o conselho consultivo do PNCM, formado pelos seguintes membros: representando o setor público: ICMBIO, IBAMA, INCRA, IPHAN, departamento de biologia da UFMA, UEMA, SEMA, SETUR/MA, Prefeitura de Estreito, Carolina e Riachão. Como representantes do setor privado: PIPES Empreendimentos LTDA, SUZANO Papel e Celulose, moradores do PNCM, Associação Carolinense de Turismo, associação de produtores rurais e sindicatos. A finalidade do conselho consultivo do PNCM é de contribuir para o efetivo cumprimento de criação e implantação do plano de manejo do parque.

O plano de manejo das UC, é segundo Galante, Beserra e Menezes (2002, p. 16).

Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade.

Desta forma qualquer atividade desenvolvida no âmbito do PNCM será regulada pelo seu plano de manejo, o mesmo conforme a definição acima, configura-se como principal roteiro para gestão do parque.

Com toda esta estrutura institucional a gestão do parque abrange elementos das esferas públicas federal, estadual e municipal, além, de representantes da comunidade local diretamente ligada às atividades do parque.

Atualmente diretamente ligados ao escritório local na cidade de Carolina estado do Maranhão, a gestão conta com a seguinte estrutura: um chefe, três funcionários internos, quatro porteiros e uma brigada de combate ao fogo com sete brigadistas, a estrutura local conta ainda com quatro veículos (traçados) e diversos equipamentos.

2.1.1.1 Os atrativos do Parque Nacional das Chapadas das Mesas

Os atrativos do PNCM representam muito bem as características fundamentais do parque, a vegetação típica da região e as formações rochosas em forma de mesas, cânions e rios com belas cachoeiras compõem a beleza natural que atrai ecoturistas de diversas partes do planeta.

Além da paisagem natural, destaca-se entre os atrativos do PNCM o Morro das Figuras que mantém pinturas rupestres em seus paredões, e os buritizais que reúnem diversas espécies de animais silvestres, como macacos, sucuris, araras e corujas, além das cachoeiras do santuário, com queda d'água de 50 metros. São Romão, considerada como maior em volume de água do estado do Maranhão e Cachoeira da Prata.

Foto 2 - Paisagem típica do PNCM



Fonte: Banco de Imagens da EMBRATU/Turismo

Atrativos como a cachoeira de São Romão (Fotos 3 e 4) permitem ao ecoturista em visita ao parque uma bela imagem para contemplação, banho e prática de esportes como canoagem.

Foto 3 - PNCM, Cachoeira São Romão



Fonte: Banco de Imagens da EMBRATU/Turismo

Foto 4 - PNCM, Cachoeira São Romão



Fonte: Banco de Imagens da EMBRATU/Turismo.

Assim também a cachoeira da Prata, conforme fotos 5 e 6 abaixo, mostram claramente as características dos atrativos focais existentes no PNCM, no entanto, além destes atrativos, existem outros complementares com grande capacidade de atração.

Foto 5- PNCM, Cachoeira da Prata



Fonte: Banco de Imagens da EMBRATU/Turismo.

Foto 6 - PNCM, Cachoeira da Prata



Fonte: Banco de Imagens da EMBRATU/Turismo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, são apresentados o contexto e os procedimentos metodológicos que nortearam esta investigação na busca de conhecer a gestão do Parque Nacional da Chapada das Mesas, e se a mesma está alinhada as diretrizes para uma política nacional do ecoturismo. Finalizando em seguida com os resultados da pesquisa de campo e suas análises.

A Metodologia de pesquisa “é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática” (LAKATOS; MARCONI, 2017, p. 176).

Utilizou-se neste estudo as técnicas classificadas em, documentação indireta, documentação direta, observação direta intensiva⁷, que serviu de base para o levantamento e coleta dos dados da pesquisa em destaque.

E ainda nesta investigação os caminhos metodológicos foram classificados de acordo com MENDONÇA (2008 p. 36), “...com sua finalidade, objetivo, abordagem do problema e procedimento técnico utilizado”. Com o finalidade de investigar a gestão do PNCM no desenvolvimento da atividade do Ecoturismo, realizou-se uma entrevista com o gestor do órgão e pesquisa bibliográfica e documental exploratória, utilizando como parâmetro de análise o documento “diretrizes para uma política nacional do Ecoturismo” (BRASIL,1994) onde o mesmo tem como base os princípios do desenvolvimento sustentável, objetivos, ações e estratégias articuladas entre os agentes governamentais e o setor privado e a comunidade local.

3.1 Área de Estudo

Localizado ao sul do Estado do Maranhão com sua abrangência nos municípios maranhenses de Riachão, Estreito e Carolina, o Parque Nacional da Chapada das Mesas (PNCM) é uma das Unidades de Conservação (UC) mais recentes no país.

Criado em 2005, está integrado a uma área de preservação ambiental com grande relevância ecológica, possuindo 159.951,6200 hectares de ecossistemas naturais. Além da beleza cênica, a UC protege mais de 400 nascentes de importantes cursos d’água e tem como

⁷ A observação direta intensiva compreende conforme (LAKATOS; MARCONI, 2017, p.208), “a observação (assistemática, sistemática, não participante, participante, individual, em equipe, na vida real ou naturalista, em laboratório)”.

objetivo a conservação de uma área do bioma cerrado numa região onde há uma grande expansão do agronegócio.

O Parque Nacional da Chapada das Mesas caracteriza-se como referência justamente por ser um ambiente geográfico de unidade de conservação com grande biodiversidade, uma rede hidrográfica riquíssima, uma vegetação típica do Bioma Cerrado, com relevo de mesetas, com presença de morros e serras.

Atualmente a administração do parque é de responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Órgão este que executa as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União. Cabe a ele ainda fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação federais.⁸

3.2 Técnicas e instrumentos de coletas de dados

O presente estudo estabelece como limites para a investigação o Ecoturismo e delimita o mesmo à extensão do Parque Nacional da Chapada das Mesas (LAKATOS; MARCONI, 2017, p. 176). Neste sentido, a busca por uma metodologia que venha corroborar para que os objetos outrora determinados sejam alcançados, é relevante para a garantia de todas as fases da pesquisa.

Na primeira etapa desta investigação, buscando uma linha de raciocínio de teorias conceituais e estudos científicos, foi realizado levantamento bibliográfico que segundo TRUJILLO FERRARI, (1974, p. 230) “...é um reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações”. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica além de fornecer muitas informações, serve como subsidio para uma nova abordagem de um tema, podendo contribuir para resultados inovadores. Diante disso, foi realizado uma revisão bibliográfica sobre Ecoturismo, Desenvolvimento sustentável e Unidades de Conservação. Como fontes de pesquisa para este estudo utilizou-se, livros e pesquisas científicas.

Em seguida, com intuito recolher informações pertinentes ao objeto da pesquisa, foi realizada a pesquisa documental, que se caracteriza pela coleta de dados em registros escritos

⁸WWW.icmbio.gov.br. Consultado em 08/04/18. Unidades de Conservação.

ou não, Vergara (2010) ocorreu pelo levantamento, análise de planos, leis, decretos, relatórios, além de fotografias, mapas etc. Os documentos utilizados para consulta foram: Diretrizes para Política Nacional de Ecoturismo, Decreto de 12 de Dezembro 2005 de Criação e o Relatório Parametrizado (PNCM) – Parque Nacional da Chapada das Mesas, Portaria de criação do comitê consultivo, para elaboração e implantação do plano de manejo.

Na terceira etapa foi realizada uma pesquisa de campo norteada por uma abordagem qualitativa, utilizando como roteiro semi-estruturado de entrevista os objetivos, ações e estratégias para o desenvolvimento do ecoturismo que constam nas seguintes diretrizes para uma política nacional do ecoturismo:

- Compatibilizar as atividades de ecoturismo com a conservação de áreas naturais;
- Fortalecer a cooperação interinstitucional;
- Possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos atuantes no setor;
- Promover e estimular a capacitação de recursos humanos para o ecoturismo;
- Promover, incentivar e estimular a criação e melhoria da infra-estrutura para a atividade de ecoturismo;
- Promover o aproveitamento do ecoturismo como veículo de educação ambiental (BRASIL, p. 21).

Entende-se por entrevistas semi-estruturadas a conversa dirigida a fim de investigar sobre determinado assunto a ser relatado pelo entrevistado. Mendonça, Rocha e Nunes (2008, p. 51) explicam que “a entrevista semi-dirigida, não padronizada ou não-estruturada: é conduzida por perguntas temáticas, com objetivo de estimular a memória de alguém sobre um determinado fenômeno, como na história de vida”. Boddan e Biklen (1994, p. 134) esclarecem que “entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo”.

3.3 Análise e Representação dos Dados

Na pesquisa qualitativa, busca-se na análise dos dados uma interpretação fiel do significado da fala dos sujeitos, “interligada ao contexto em que eles se inserem e delimitada pela abordagem conceitual do pesquisador, trazendo à tona, na redação, uma sistematização baseada na qualidade” (ALVES; SILVA, 1992, p. 05).

Busca-se a qualidade da interpretação das informações coletadas em entrevista, através da descrição integral dos relatos, neste sentido, após o processo de entrevista e a gravação da mesma, transcreveremos literalmente as informações para em seguida a sistematização, que

segundo ALVES e SILVA (opt.cit), ... “é pois um movimento constante, em várias direções: das questões para a realidade, desta para a abordagem conceitual” até que a análise alcance seu ápice na construção de um desenho compreensível.

Neste sentido, a entrevista realizada com o gestor do Parque Nacional da Chapada das Mesas (APENDICE A) foi transcrita e em seguida realizada a análise das informações coletadas à luz da construção teórica sobre a temática, alinhando também com a observação direta realizada no PNCM.

4 - DISCUSSÕES E ANÁLISE DOS DADOS: As contribuições e desafios do Ecoturismo no Parque Nacional da Chapada das Mesas.

Conforme procedimentos metodológicos descritos no capítulo três, para identificar se a gestão do PNCM está alinhada as diretrizes para uma política nacional do ecoturismo, realizou-se uma entrevista com o atual gestor do PNCM, procurando alinhar os objetivos das diretrizes aos procedimentos e estratégia desenvolvidas pela gestão no desempenho de suas atividades cotidianas e desta maneira entender de que forma a atividade do ecoturismo está sendo desenvolvida.

A entrevista foi dividida em blocos de perguntas, tomando por base os objetivos, ações e estratégias das diretrizes nacionais para o ecoturismo, que possui como objetivo principal a articulação de ações entre os atores sociais intra-governamental (Governo, Setor Privado e Comunidade Local), como também a qualificação de mão de obra especializada, como fatores determinantes para o ordenamento da atividade de ecoturismo em unidades de conservação.

4.1 Processo de Regulamentação do Ecoturismo

A primeira ação das diretrizes nacionais, consiste na regulamentação do ecoturismo, diante disto iniciamos a entrevista com os seguintes questionamentos: Existe no segmento do ecoturismo uma estrutura legal própria, harmonizada com as esperas governamentais? E de critérios e parâmetros adequados? Existe definição de responsabilidades inter e intra-institucionais para o desenvolvimento do ecoturismo?

Na visão do gestor do parque o marco regulatório da unidade é o plano de manejo e a lei 9.985⁹.

“O nosso PARMA da chapada das mesas, ainda não tem o plano de manejo. Essa ferramenta a qual você se refere é uma ferramenta que se chama plano de manejo, justamente pra gente fazer o ordenamento. Por enquanto o nosso ainda não está terminado, nos estamos no processo de elaboração do plano de manejo que deve estar pronto para setembro e outubro” (Gestor do PNCM, Pesquisa de Campo).

Embora tenha sido criado no ano de 2005 através de portaria do ICMBio um comitê consultivo, formado por diversos representantes governamentais e da sociedade civil

⁹ Lei 9985 de 18 de julho de 2000, refere-se à conservação da biodiversidade. Institui o Sistema Nacional de Conservação da Natureza –SNUC, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UC.

organizada, até a presente dada este importante instrumento para a prática do ecoturismo no parque não foi elaborado.

“O nosso parque, a gestão do parque, nós obedecemos normas da lei 9985 que é a lei do SNUC. Então todos os segmentos nos estamos baseados por essa lei, que é uma lei federal. Em cima dessa lei, nós temos auxiliando a gestão, o plano de manejo que é o que nos estamos elaborando. Mas como nos não temos o plano de manejo hoje, nós temos um plano operativo, um plano operativo que diz: olha isso pode, isso não pode, a gente sabe que na unidade, é unidade de uso intensivo, a gente não pode liberar muita coisa. A gente não libera pra fazer trilha hoje dentro do parque, não libera pra fazer trilha no corredor do rio Farinha, visitar outras cachoeiras que tem dentro do parque porque ainda não tem o plano de manejo. Com a elaboração do plano de manejo, havendo assinado a portaria, ela entra em funcionamento na data da sua publicação e ai cria-se o plano de visitação. O plano de visitação que vai dizer como é que nós vamos operacionalizar com segurança com esses visitantes, que nem todos são ecoturistas”. (Gestor do PNCM, Pesquisa de Campo).

Como se observa, a gestão do parque, entende perfeitamente a importância dos instrumentos regulatórios para a atividade do ecoturismo, mesmo na ausência do plano de manejo, procurar desempenhar suas funções utilizando como mecanismo legal de fiscalização e controle o plano operativo fundamentado na lei 9985, que estabelece os critérios para criação, implantação e gestão das UC. Diante disto, é o plano operativo que determina as atividades do ecoturismo que podem ser ou não realizadas no interior do parque.

“Existe uma legislação específica nacional, ou estadual, mas infelizmente não é colocada em prática. Lá hoje os turistas visita do jeito que querem visitar, cada dono de atrativo ele procura melhorar essa relação desse turista com a natureza, que isso é importante, isso é um ganho, mas fica a critério de cada um, não há hoje uma ferramenta no município dizendo assim... isso pode, isso não pode, que é o problema que nós temos lá”. (Gestor do PNCM, Pesquisa de Campo).

Mesmo consciente da existência de legislação à nível federal e estadual as mesmas não são seguidas e a prática do ecoturismo está condicionada a consciência dos visitantes e dos proprietários dos atrativos privados. Por este motivo a gestão enfatiza a importância da elaboração de um plano de manejo, pois a inexistência do mesmo, impede uma fiscalização sistemática e coerente com a capacidade de carga dos atrativos.

“qualquer que seja o segmento que vai nos visitar, visitar a unidade, seja na área da pesquisa, seja na área do ecoturismo, seja na área de qualquer que seja o segmento da sociedade, ele precisa estar ajustando na lei 9985 que é a lei que nos garante o norte de fiscalização, ou seja, de um plano operativo que nos obedecemos, que é a lei do SNUC. Nós, o trade, o plano de manejo, as agencias, tudo está conectando, se alinhando com essa lei. A lei foi votada no ano de 2000, de lá pra cá não houve alteração, se você analisar ela ai. Então, todo mundo tem que se ajustar em cima da lei 9985, o resto, é questão

de fiscalização, são decretos, são instrução normativa interna que nós trabalhamos, muito clara, que cada situação a gente aplica aquela instrução normativa ou a portaria, ou a resolução, agora todo mundo tem que seguir a 9985. Então qualquer que seja um ordenamento turístico municipal ou estadual, pra se trabalhar com ecoturista dentro de parque nacional, precisa se ajustar a essa legislação”. (Gestor do PNCM, Pesquisa de Campo).

Assim como o plano de manejo, outro marco regulador em falta no parque é relacionado à regularização fundiária, para o gestor, a ausência deste instrumento impede muitas de suas ações.

“O grande problema hoje nos parques, é que a maioria deles não tem plano de manejo, esse é um problema, e não tendo o plano de manejo, geralmente a gestão não pode liberar determinados locais de visitação, porque não há como se ordenar isso, e é um problema sério. Segundo, outro problema seríssimo, não há regularização fundiária. E aí me diga uma coisa, só pra você entender, eu tenho uma propriedade dentro do parque, você tem uma outra, se você tem uma propriedade que não foi indenizado e está dentro do parque e você é dona de um atrativo, se você não quiser que a gente libere visitação, você é a dona, que você ainda não foi indenizada, então mesmo sendo objeto de um decreto presidencial que criou a unidade mas não foi feito o plano de manejo e não foi feito pagamento, a terra é sua. E de acordo com a IN 02/2009, você pode dar uma lida aí também, IN 02/2009 do ICMBio, que trata da questão fundiária. Então, o cara é dono de fazenda, tem uma cachoeira, tem um lugar bonito, mas aí o que acontece, nós não liberamos por que? Porque o proprietário quer privacidade, ele não quer lá pessoas visitando a propriedade dele, e ele tem razão, por que? Porque ele não foi indenizado. Quando a gente indenizá-lo, aí sim, aí nós dentro do plano de visitação nós podemos contemplar esse atrativo e liberar o público”(Gestor do PNCM, Pesquisa de Campo).

Conforme o relato acima, a ausência de regularização fundiária com as devidas indenizações e demarcações das propriedades, torna a regulação e fiscalização das atividades do ecoturismo ineficientes, muito embora, a gestão esteja presente e atuante.

4.2 Fortalecimento, interação institucional, formação e capacitação de recursos humanos.

No segundo bloco de perguntas procuramos identificar as práticas da gestão relacionadas ao fortalecimento e interação interinstitucional, questionando se existe ou não um fórum permanente de discussões sobre o ecoturismo e também se existe algum tipo de fomento para a formação e capacitação de pessoal para o desempenho de diversas funções pertinentes às atividades do ecoturismo.

Com relação à esta ação proposta pelas diretrizes nacionais a gestão do parque enfatiza algumas atividades realizadas com os diversos segmentos locais, porém sem uma agenda específica e articulada como fórum permanente.

“Quanto essa questão dos órgãos federados, isso sim, já há muito tempo. O nosso trade turístico discute a melhor condição de recebermos nossos turistas, de como eles devem entrar dentro da unidade, tanto com os secretários de turismo dos municípios como nas agências, como os guias a gente faz palestra, a gente orienta, há sempre reunião da gente no com o trade focalizando essas ações. E além do mais, nós também temos as reuniões dentro do parque nós temos três públicos que adentram o parque, nós temos o público externo que nos visitam do resto do mundo a chegar até a Chapada das Mesas, que é chamado o ecoturista mesmo, que vem em detrimento de ser uma UC, de uso intensivo, ele precisa ver porque é o sonho de todo ecoturista andar dentro de parque nacional, beleza, esse é um segmento. E temos os moradores do parque, esse é a parte mais frágil, eles têm a restrição, uma série de atividades da unidade que eles precisam sobreviver, e nós precisamos estar muito perto deles. Então esse público não mistura com o ecoturista, é o público que mora dentro do parque. E nós temos aquele outro público que são os pesquisadores que não são ecoturista e nem são moradores, que vem buscar informação do parque”. (Gestor do PNCM, Pesquisa de Campo).

Mesmo na ausência de fórum permanente para discussão das atividades do ecoturismo no PNCM, a gestão desenvolve um conjunto de reuniões com os diversos segmentos, destaca-se neste caso, as reuniões de esclarecimentos como os visitantes, moradores e pesquisadores e também o processo de organização e implantação anual do plano de manejo integrado de combate ao fogo com a participação dos diversos segmentos citados acima.

A qualificação de pessoal para atuação nas diversas atividades do parque é realizada segundo o gestor pelas esferas governamentais estadual e municipal através das secretarias de turismo e meio ambiente, além das universidades, com destaque para os cursos de formação de monitores ambientais.

“Então nessa linha aí a gente está trabalhando sempre. Essa conversa institucional entre a SEMA, a SETUR, MTUR, todos esses cursos que são elaborados pelas prefeituras locais, a gente está sempre conectado. E nós sempre estamos fazendo curso de educação ambiental. Temos um agora a frente pra fazer com esses atores, já fizemos de monitores ambientais. Para que essas pessoas realmente ser multiplicadores. Pra essas pessoas começarem a dizer que fazer turismo de aventura, de contemplação não é só ir lá e tirar foto, precisa também conhecer a fauna, conhecer a flora, valorizar a cultura local. Então tudo isso aí a gente leva em consideração, e estamos trabalhando com o IFMA com várias entidades, as universidades que fazem pesquisa nessa linha de ocupação justamente pra gente melhorar essa relação do público com o meio”. (Gestor do PNCM, Pesquisa de Campo).

Para o gestor, somente após a implantação do plano de manejo é que o processo de capacitação será completo, onde os nativos (moradores do parque), serão capacitados como

curso básico de monitores ambientais e receberão uma carteira do ICMBio que dará acesso a atividade.

“Mas, com o plano de manejo, vai ficar estabelecido que só vai visitar a unidade quem estiver cadastrado pela unidade. Ou seja, tiver uma carteira de guia, cadastrado pelo cadastur, ou for um guia que tiver uma autorização da gestão da unidade. Por exemplo, os guias nativos que moram dentro do parque esses guias eles não têm instrução pra ir para estudo, pra fazer um curso e tal. Esses guias são feitos assim, eles precisam de uma orientação de um curso básico, porque na verdade eles são mateiros, são pessoas que conhecem a natureza, empiricamente foram aprendendo ao longo de toda sua existência. Então nós, o ICMBio vai dá uma carteirinha pra eles terem acesso a essa atividade pra gerar riqueza a eles e renda pra eles, é um emprego”. (Gestor do PNCM, Pesquisa de Campo).

Como se observa nos relatos acima, muitas ações da gestão referem-se ao futuro, em razão da inexistência do plano de manejo.

“Por isso que nós estamos elaborando agora, depois do plano de manejo, nós vamos implantar os guias que moram dentro do parque. Que não são muitos. São pessoas habilitosas que já foram brigadistas, que nasceram lá, conhecem tudo, isso é muito importante” (Gestor do PNCM, Pesquisa de Campo).

4.3 Controle de qualidade do produto Ecoturístico

A qualidade do produto do ecoturismo no PNCM, está relacionado com o processo de fiscalização, acompanhamento e aperfeiçoamento da atividade abrangendo o setor público e privado. Neste quesito questionou-se o seguinte: Existe fiscalização dos serviços e equipamentos ecoturísticos? E existe processos metodológicos para avaliar os impactos do ecoturismo ao meio ambiente?

O processo de fiscalização e acompanhamento das atividades do ecoturismo no parque é realizado, conforme relatou o gestor, de forma intensa com os recursos que o mesmo dispõe, abrangendo os dois atrativos privados e o restante do parque. Porém mais uma vez destaca a ausência do plano de manejo como fator limitador de suas ações.

“Quanto aos dois atrativos, eles são de propriedade privada, porém nós temos controle não só nos dois atrativos, como no parque inteiro. Ou seja, sempre a gente está lá observando se não tem nada de errado, se não estão fazendo alguma atividade errada. Por exemplo, nós não deixamos que as pessoas desçam de caiaque, ou faça canoagem lá no rio, e o portão de entrada é na verdade pelas duas cachoeiras e a gente não permite. E verificando se não tem pesca predatória, se não estão deixando lixo, uma série de coisas lá que a gente está sempre acompanhando. É claro que a gente sem ter um plano de manejo, a gente fica um pouco amarrado, agora dentro daquilo que a 9985 nos preconiza e nos dar uma condição de fiscalização, a gente faz um trabalho que eles são iguais a qualquer outro morador, na questão turística a gente não interfere muito”. (Gestor do PNCM, Pesquisa de Campo).

Ressalte-se desta forma, que a atividade de fiscalização e acompanhamento da atividade de ecoturismo, embora, realizada pela gestão do parque é ineficiente, tendo em vista, a inexistência de estudos de capacidade de carga e regularização fundiária, aspectos importantes do plano de manejo, porém, para a gestão a mesma é rigorosa e ampla, conforme relato a seguir.

“A gente faz fiscalização regular, dentro do parque hoje qualquer atividade, de extração de seixo, de madeira, qualquer que seja, é proibido, nos multamos se for o caso. Então a gente tem hoje um controle muito rigoroso dentro do parque”. (Gestor do PNCM, Pesquisa de Campo).

4.4 Incentivos ao desenvolvimento do Ecoturismo e a implantação e adequação de infraestrutura.

Para identificação dos incentivos ao desenvolvimento do ecoturismo e implantação e adequação de infra-estrutura no PNCM, questionou-se o seguinte: O que tem sido feito para promover e estimular a criação e a adequação de incentivos para aprimoramento de tecnologia e de serviços no que diz respeito ao ecoturismo? E existe alguma promoção ao desenvolvimento de tecnologias e a implantação de infra-estrutura nos destinos ecoturísticos prioritários?

Para o gestor do PNCM, existe políticas públicas estadual e municipal para promoção do ecoturismo somente através das secretarias de turismo, porém, fora da unidade de conservação.

“É o seguinte, quanto a promoção do ecoturismo no parque, o parque é apenas uma parte da chapada. A grande parte da chapada aonde tem os grandes atrativos são fora da unidade. Portanto, há uma política pública local nesse sentido, através da secretaria de turismo, através da SETUR, do próprio Maranhão, enfim, todos os mecanismos hoje está engajado nisso”. (Gestor do PNCM, Pesquisa de Campo).

O mesmo relata que somente com a implantação do plano de manejo é que a política de incentivo ao ecoturismo no PNCM será efetiva. “Com o plano de manejo que vamos criar várias trilhas, vários outros atrativos serão liberados, isso melhora ainda mais. Então a expectativa é cada vez melhor” (Gestor do PNCM).

Na opinião do gestor o grande incentivo à atividade do ecoturismo foi a criação do PNCM em 2005, para o mesmo este fato foi suficiente para despertar a atenção de ecoturistas do mundo inteiro.

“Com a criação do parque, passa ter um nome fantasia mais forte, a grande isca hoje é o PARNA da Chapada das Mesas. Que as pessoas não entendem muito como é que funciona o parque, então acham que um parque é uma coisa fechada, é uma coisa que tem brinquedo, é uma coisa que a maioria pensa assim. Mas um parque do nível o nosso com uma área tão grande como a nossa, com 22 (vinte e dois rios), com mais de 400 (quatrocentos) nascentes, com a diversidade de plantas e animais muito grande, isso atrai os amantes da natureza do mundo inteiro. Então cada ano que passa você recebe mais turistas, e turistas mais conscientes que é o importante. Não é aquele clicador de foto, é aquele que tira uma foto e faz uma análise do que ele tirou. Se é um pássaro, ele vai analisar na base de dado que pássaro é aquele, e onde é que ele encontra. Ele começa e se interessar, e começa e se envolver em conhecimento com o parque. Então isso é muito importante”. (Gestor do PNCM, Pesquisa de Campo).

Observa-se nos relatos acima, a inexistência dos instrumentos elementares para promoção do ecoturismo no PNCM, os mesmos, quando existentes, referem-se somente aos atrativos no entorno do parque.

4.5 Conscientização, informação do turista e a participação comunitária.

Tanto a conscientização e formação do turista como a participação da comunidade são aspectos fundamentais para que o ecoturismo alcance seus objetivos na promoção do desenvolvimento de uma região, neste quesito, questionou-se o seguinte: Existe alguma divulgação e orientação ao ecoturista sobre uma conduta adequada ao PNCM? (EX Material informativo, programas de educação ambiental) e o que a gestão do PNCM já realizou, ou realiza para buscar o engajamento da comunidade local no fomento do ecoturismo no PNCM e suas possibilidades econômicas?

Para o gestor a participação da comunidade é importante e fundamental, porém, o mesmo relata que somente por ocasião da reativação do conselho consultivo do PNCM é que a comunidade poderá efetivamente exercer sua capacidade de colaboração.

“Quanto a participação da coletividade, da comunidade no processo, é importante. Nós temos o conselho consultivo, apesar de estar desativado, pelo um processo que a antiga gestão não reativou o conselho e nós agora com o plano de manejo somos obrigados a reativar o conselho. O conselho vai estar reativado, e é uma participação da comunidade, das entidades que faz parte do conselho consultivo. Então nessa tomada de decisão geralmente o conselho é convidado e há uma discussão, e a discussão baseado na 9985, baseado no plano de manejo que é a portaria que vai ser inserido em breve, é que a gente toma decisão em comum”. (Gestor do PNCM, Pesquisa de Campo).

Ainda relacionado ao envolvimento e participação da comunidade, a gestão do PNCM relata a realização de várias reuniões dentro do parque com as comunidades residentes, no entanto, em sua maioria, para elaboração, discussão e implantação do plano de manejo integrado do fogo (MIF),

“Então essa interação é muito importante e é continuada. Sempre que a gente pode faz reuniões. Sempre estou reunindo. A antiga gestão fazia também a mesma coisa. E nós agora em maio a gente faz as reuniões que nós chamamos de MIF, o quê que é MIF? Manejo integrado de fogo”. (Gestor do PNCM, Pesquisa de Campo).

O relatório final do MIF, publicado em 12 de janeiro de 2016, demonstra todo o processo de envolvimento da comunidade local no combate ao fogo.

“Trata-se de um processo de construção conjunta, onde o ICMBio/PNCM trabalham junto com a comunidade no sentido de prevenir a ocorrências de grandes incêndios florestais; melhorar os processos de conservação dos ambientes naturais do Cerrado e a qualidade de vida dos residentes do interior e entorno do PNCM, como também, garantir a sustentabilidade no uso dos recursos naturais na região”. (MIF, p.04).

O relatório apresentado destaca ainda, que desde o ano de 2009 a gestão do PNCM realiza visitas à comunidade esclarecendo sobre os objetivos da conservação e sobre as atividades produtivas que podem ser praticadas na área, desta maneira sua construção é um processo participativo.

“O Manejo Integrado e Adaptativo do Fogo está sendo praticado no PNCM, na medida do possível, legalidade e capacidade institucional, nas seguintes ações: Planejamento participativo das ações anuais – Elaboração de planos operativos; Capacitação de pessoal; Contratação da brigada de incêndios; Campanhas de informação e sensibilização da comunidade; Uso do fogo em queimas controladas para os objetivos definidos participativamente, Pesquisa científica e disseminação do conhecimento”. (MIF, p. 06).

O fogo no cerrado brasileiro é parte da cultura local e da produção agrícola no regime de corte e queima, ainda muito utilizado, onde o pequeno agricultor corta o mato, queima em seguida e planta sua roça posteriormente. Desta forma, a gestão com a participação da comunidade local elabora, implanta e fiscaliza o MIF.

Os relatos do gestor do PNCM demonstram em certa medida, conhecimento sobre a importância do ecoturismo e também uma preocupação com os objetivos, ações e estratégias das diretrizes nacionais para o ecoturismo, no entanto, em diversos momentos da entrevista o mesmo declara sua preocupação com a ausência do plano de manejo, sendo no seu

entendimento o principal entrave para que as atividades realizadas pelo ICMBio sejam mais efetivas e alinhadas com os objetivos das diretrizes nacionais para o ecoturismo.

Os relatos do gestor do PNCM demonstram em certa medida, conhecimento sobre a importância do ecoturismo e também uma preocupação com os objetivos, ações e estratégias das diretrizes nacionais para o ecoturismo, no entanto, em diversos momentos da entrevista o mesmo declara sua preocupação com a ausência do plano de manejo, sendo no seu entendimento o principal entrave para que as atividades realizadas pelo ICMBio sejam mais efetivas e alinhadas com os objetivos das diretrizes nacionais para o ecoturismo.

Desta forma, sintetiza-se no quadro abaixo, um comparativo das ações estratégicas das Diretrizes Nacionais para uma política de ecoturismo com as respostas do gestor do PNCM.

Quadro 2 – Eficácia das Ações Estratégicas

AÇÕES	AÇÕES ESTRATÉGICAS	RESPOSTA
01	Regulamentação do Ecoturismo	Ineficaz
02	Fortalecimento e Interação Interinstitucional	Parcial
03	Formação e Capacitação de Recursos Humanos	Parcial
04	Controle de Qualidade do Produto Ecoturístico	Parcial
05	Gerenciamento de Informações	Ineficaz
06	Incentivos ao Desenvolvimento do Ecoturismo	Ineficaz
07	Implantação e Adequação de Infraestrutura	Ineficaz
08	Conscientização e Informação do Turista	Ineficaz
09	Participação Comunitária	Parcial

Fonte: Elaborado pela Autora

Verifica-se, então, que a gestão do ecoturismo no PNCM no que se refere as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo não tem conseguido resultados no sentido de desenvolver o Ecoturismo em conformidade com a sustentabilidade, o que torna, o parque um desafio para o desenvolvimento sustentável daquela Unidade de Conservação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inquestionável a importância do turismo de massa como fator de geração de emprego e renda na sociedade, os grandes eventos e monumentos históricos, atraem visitantes de todos os lugares do planeta, no entanto, ao mesmo tempo que provocam efeitos positivos para a economia, são inquestionáveis os impactos negativos sobre a cultura local e ao meio ambiente, neste sentido o ecoturismo surge como atividade turística alternativa, conforme Wearing (2014), com capacidade de atrair divisas econômicas, sem no entanto, agredir o meio ambiente e a cultura local.

Como atividade alternativa ao turismo de massa, o ecoturismo é um dos segmentos turísticos que mais cresce, e este crescimento tem também, reflexo na sociedade em razão da mudança de comportamento sobre as consequências da utilização indiscriminada dos recursos naturais como insumo na produção.

A partir da conferência nas nações unidas sobre o meio ambiente em 1987, o relatório final da conferência da ONU intitulado “nosso futuro comum” ou relatório Brundtland, cria um novo conceito de desenvolvimento, incorporando às variáveis econômicas a preservação dos recursos naturais. Desta forma, o desenvolvimento sustentável é aquele que garante às gerações futuras o uso dos mesmos recursos do presente.

O ecoturismo é a atividade turística que consiste na visitação a áreas naturais para contemplação ou estudo de sua paisagem, fauna e flora, assim como as manifestações culturais, sem, no entanto, promover sua exploração. Conforme Ceballos-Luscarián (1998), seu conceito está diretamente relacionado com o ideário do desenvolvimento sustentável, por ter na natureza, seu foco principal. É, desta maneira, uma alternativa aos crescentes efeitos negativos impostos pelo turismo de massa, tanto nos aspectos relacionados à preservação da cultura local quanto do meio ambiente.

O debate sobre o tema no país, conforme destacamos no primeiro capítulo, tem início com a criação de uma comissão técnica formada por representantes de diversos segmentos do governo e da sociedade civil que elaboram no ano de 1987 as diretrizes para uma política nacional do ecoturismo, a partir de então, o segmento passa a ter um instrumento normativo que além de regular a atividade busca também mecanismos de incentivo.

É neste contexto que o Parque Nacional da Chapada das Mesas se insere, uma unidade de conservação federal (UC), que possui beleza ímpar, formado por belas paisagens em forma de mesas, rios e cachoeiras que atraem visitantes dos diversos lugares do planeta.

Para que a atividade do ecoturismo praticada no PNCM alcance os objetivos propostos pelo segmento, alinhando a geração de emprego e renda com preservação da cultura local e meio ambiente, será de fundamental importância uma gestão comprometida com todos os requisitos legais, contando também com infra-estrutura de base que possibilite a realização de todas atividades de coordenação e fiscalização. Nesse sentido às diretrizes nacionais para o ecoturismo representam a base legal para um processo de gestão eficiente.

Embora criado no ano de 2012, um comitê consultivo formado por representantes das esferas governamentais e da sociedade civil, com as atribuições de contribuir com o efetivo cumprimento dos objetivos de criação e implantação do plano de manejo, o mesmo até o presente momento não foi elaborado, sendo este, conforme relato do gestor do parque, o principal entrave para a gestão.

Não resta dúvida, que a ausência de estudo técnico participativo e fundamentado nos objetivos e propósitos das unidades de conservação, com zoneamento definido e todas as normas de uso e ocupação, impedem que os objetivos da atividade ecoturista sejam alcançados.

Mesmo com a ausência do plano de manejo, a gestão do PNCM desenvolve diversas atividades com a participação da comunidade local. Um exemplo destas ações foi a elaboração do plano de manejo integrado do fogo, por se tratar de área com ocupação de pequenos produtores rurais desenvolvendo em sua maioria agricultura de subsistência. Neste aspecto, a gestão desenvolve um planejamento integrado com excelentes resultados, visto que o combate ao fogo é tido como uma prioridade.

Não foi possível identificar quais outras ações estariam sendo desenvolvidas com a participação da comunidade local, apenas alguns cursos e oficinas, no âmbito dos atrativos privados existentes no entorno.

Outro aspecto importante para a conservação dos recursos naturais e a cultura local nas unidades de conservação é a estrutura e processo de fiscalização, o escritório local do ICMBio, conforme citado anteriormente, conta apenas com quatro funcionários efetivos e uma brigada de combate ao fogo com sete brigadistas, levando em consideração a área do parque de 159.951,6200 hectares, torna-se impossível uma fiscalização eficiente, tendo em vista o desordenamento das atividades econômicas realizadas pelos moradores no interior do parque e o volume de visitas aos atrativos privados.

Como os atrativos focais do PNCM são privados, cachoeira da Prata e São Romão, não possuem um estudo de capacidade de carga, ou seja, o dimensionamento da quantidade de visitas, sem também um marco regulatório de sua estrutura física, a prática do ecoturismo fica

condicionada aos interesses econômicos dos seus proprietários e a visão que os mesmos têm sobre os limites sustentáveis da atividade. Mais uma vez a ausência do plano de manejo, torna o processo de gestão comprometido.

Além da exploração econômica dos atrativos focais privados, o PNCM tem no seu interior 130 famílias desenvolvendo atividades econômicas de subsistência, sem qualquer controle dos limites das mesmas, ou seja, tipos de animais que criam, se desenvolvem uma pecuária extensiva ou intensiva, modalidade de agricultura praticada e também outros tipos de culturas exploradas.

Mesmo com fiscalização e controle de combate ao fogo a gestão do parque não possui, conforme relato do gestor, instrumentos técnicos ou parâmetros previamente definidos de controle e incentivo, que torne o ecoturismo uma atividade alinhada com as diretrizes nacionais e conseqüentemente ao ideário do desenvolvimento sustentável.

Para que a atividade do ecoturismo no parque nacional da chapada das mesas seja uma atividade na perspectiva do desenvolvimento sustentável, é imprescindível uma gestão alinhada com as diretrizes para uma política nacional do ecoturismo, contando ainda, com estrutura de fiscalização e incentivos adequados. A ausência do plano de manejo torna a gestão do PNCM limitada e ineficiente quanto a esta perspectiva, comprometendo seriamente o ideário do desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES. Zélia Maria Mendes. SILVA. Maria Helena G.F. Dias da. **ANÁLISE QUALITATIVA DE ENTREVISTA: Uma Proposta**. Paidéia, FFCLRP-USP, Rib. Preto. 2, Fev/Jul, 1992.

BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo** / Coordenação de Silvio Magalhães Barros II e Denise Hamú M. de La Penha J. – Brasília: EMBRATUR, 1994.

_____. Lei s/n, 12 de dezembro 2012. Cria o Parque Nacional da Chapada das Mesas, nos Municípios de Carolina, Riachão e Estreito, no Estado do Maranhão, e dá outras providências.

_____. Ministério do Meio Ambiente - Biomas Brasileiros. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomas>.

_____. Portaria nº 102, de 05 de setembro de 2012. Cria o conselho consultivo do Parque Nacional Chapada das Mesas no Estado do Maranhão.

_____. Relatório parametrizado – Unidade de conservação – PNCM. Cód. 351806. MMA/ CNUC – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. 2018.

BRÜSEKE, Franz Josef. **O Problema do Desenvolvimento Sustentável**. In: CAVALCANTE, Clóvis (org). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo. Cortez., 1995. p. 29-40.

CEBALLOS-Lascurián, Héctor. **Ecoturismo**. Naturaleza y Desarrollo Sostenible: Editorial: Diana. Mexico, 1988.

DALL'AGNOL, Sandra. **IMPACTOS DO TURISMO X COMUNIDADE LOCAL. Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL**. Universidade de Caxias do Sul. Rio Grande do Sul. 2012.

DALE, Paul. **Ecoturismo no Brasil** / Rita Mendonça, ZysmanNuman (Organizadores). – Barueri – SP. Monoli, 2005.

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo. Disponível em: www.brasil.gov.br/turismo Arquivo capturado em: 02 abr 2018.

FRANCO. Augusto de. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. Brasília: Instituto de Política Millennium, 2000.

FIGUEIREDO. Silvio Lima. RUSCHMANN. Doris Van de Meene. Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas. **Novos Cadernos do NAEA**, v. 7, n. 1, p. 155-188. Belém: NAEA/UFPA, 2004.

GALANTE. Maria Luiza, BESERRA, Margareth Maria Lima, MENEZES, Edilene O. **ROTEIRO METODOLÓGICO de PLANEJAMENTO**. Parque Nacional, Reservas Biológicas, Estação Ecológica. IBAMA. Brasília-DF. 2002.

GIANSANTI, Roberto. **O Desafio do Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Atual Editora, 1998.

HOBSBAWN, Eric. **A era do capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

IBGE, **Economia do Turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2009** / IBGE, Coordenação de Contas Nacionais, - Rio de Janeiro; IBGE, 2012.

LEMOS, José de Jesus Sousa. **Mapa da Exclusão Social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2005.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lokatos. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARQUES, Ana Rosa. **Saberes integrados aos estudos territoriais sob a ótica da implantação do Parque Nacional da Chapada das Mesas, sertão de Carolina-MA**. Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2012.

MENDONÇA, Alzino Furtado de. **Trabalhos acadêmicos: planejamento, execução e avaliação** / Alzino Furtado de Mendonça, Cláudia Regina Ribeiro Rocha, Heliane Prudente Nunes. – Goiânia: Faculdade Alves Faria, 2008.

MIF. **Manejo Integrado do Fogo**. Dias, Paulo Adriano. Nota Técnica. PNCM. Carolina-MA, 2016.

MONTES, Gloria Mercedes Vanegas. **Ecoturismo Instrumento de Desarrollo Sostenible**. Universidad de Antioquia. Medellín, 2006.

RAMOS, Adriana. **Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação**. Realização: WWF-Brasil/IPÊ– Instituto de Pesquisas Ecológicas. Organizadora: Maria Olatz Cases. WWF-Brasil, Brasília, 2012.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. São Paulo: Papirus, 2000.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**. Desenvolvimento e Meio Ambiente. São Paulo: Studio Nobel/FUNDAP, 1993.

SHUMPETER, Joseph A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

TRUJILLO FERRARI, Alfonso. **Metodologia da ciência**. 3.ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

WEARING, Stephen. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades** / Stephen Wearing e John Neil. 2 ed. Barueri, SP. Manole. 2014.

www.ecoturismogenuino.com/2015/02/04/definiciones-ecoturismo. Rhodes, Allan, 2015. Consultado em 01/04/2018.

www.brasil.gov.br. Consultado em 01/04/18. Turismo. Brasil é o 6º no mundo em economia do turismo.

www.abeoc.org.br. Consultado em 01/04/18. Turismo. Turismo fecha 2016 com números positivos no Brasil.

www.icmbio.gov.br. Consultado em 08/04/18. Unidades de Conservação.

APÊNDICES

Apêndice A

QUESTIONÁRIO APLICADO AO GESTOR DO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DAS MESAS.

Boa tarde Sr. Daijacyr. A minha problematização é a gestão do parque, e se esta gestão está alinhada com as diretrizes para uma política nacional do ecoturismo. É com base nestas diretrizes que eu elaborei as questões.

A primeira pergunta que eu quero fazer para o Sr. é sobre a primeira ação das diretrizes que é a regulamentação do ecoturismo no parque. Se existe no segmento do ecoturismo uma estrutura própria harmonizada na esfera federal, estadual e municipal, com critérios de parâmetros adequados.

Boa tarde minha amiga! Respondendo a sua primeira pergunta. O Nosso PARNA da Chapada das Mesas ainda não tem plano de manejo. Essa ferramenta a qual você se refere, é uma ferramenta que se chama Plano de Manejo, justamente pra gente fazer o ordenamento. Por enquanto nosso ainda não está terminado. Nós estamos num processo, de elaboração do Plano de Manejo, que deve ficar pronto lá pra Setembro e Outubro. Hoje no Parque da Chapada das Mesas, quando foi criado, em 2005, quando ele foi criado, só tinha dois atrativos, que são explorados até hoje, que é a cachoeira de São Romão e a Prata. Os turistas que visitam a Chapada das Mesas, que o Parque é apenas um polígono da Chapada, eles visitam esses dois pontos, que é São Romão e a Prata, que de Carolina lá da 80km e poucos quilômetros e lá no entorno da unidade é a Pedra Caída hoje não é mais nem entorno porque o parque, ele tem 160 mil equitares e tem 3km do entorno, ou seja, onde está o perímetro, 3 km linear, no raio de 3km e onde ele tem o controle. Pedra Caída está com 7, então não é mais o entorno do parque. Hoje no entorno do parque, que são o local que são turisticamente visitado só tem praticamente a APP de massinha que é nosso atrativo pequeno lá. O Dodó está fora, Pedra Caída está fora, Itapecuru está fora, Encanto Azul está fora. Todos esses outros atrativos da Chapada das mesas, estão fora do alcance do controle do parque. O município de por sua vez tem um ordenamento pequeno, e muito tímido ainda, na questão do ordenamento de ecoturista, porque? Existe uma legislação específica nacional, ou estadual, mas infelizmente não é colocada em prática. Lá hoje os turistas visita do jeito que querem visitar, cada dono de atrativo ele procura melhorar essa relação desse turista com a natureza, que isso é importante, isso é um ganho, mas fica a critério de cada um, não há hoje uma ferramenta no município dizendo assim.... isso pode, isso não pode, que é o problema que nós temos lá. Por isso que nós estamos elaborando o plano de manejo pra com essa ferramenta dizer assim: olha, quais são os locais que nós podemos visitar no parque, lugar tal, tal, tal, tal. Quem vai dizer aonde é que vai ser esses pontos de visitação? é na oficina que será em julho, os participantes que estarão representados lá a sociedade civil, os sindicatos, os donos de agencias, os guias, os donos de receptivo em fim, todo e trade turístico, é eles que vão dizer nós devemos explorar os lugares tais, tais e tais pronto. De que forma? Há critérios técnicos no plano de manejo que é um plano bastante simples. Todos os estudos complementares eles são feitos depois. Por exemplo, não é necessário que se faça um estudo da fauna, de geologia, de geomorfologia, de geoturismo, nada, por enquanto, nada. É um ordenamento de uma portaria. E esses estudos, eles são feitos depois. No momento eu estou com um pessoal do CPRM fazendo um estudo lá na região de geoturismo que é o seguimento que deve crescer nos próximos anos. Por exemplo, é fotografia de fauna, de pássaro, todos esses segmentos eles vão continuamente crescendo, nos parque e nas reservas do Brasil como um todo. O nosso parque, a gestão do parque, nos obedecemos normas da lei 9985 que é a lei do sisuc. Então todos os segmentos nós estamos baseados

por essa lei, que é uma lei federal. Em cima dessa lei, nós temos auxiliando a gestão, o plano de manejo que é o que nós estamos elaborando. Mas como nós não temos o plano de manejo hoje, nós temos um plano operativo, um plano operativo que diz: olha isso pode, isso não pode, a gente sabe que na unidade, é unidade de uso intensivo, a gente não pode liberar muita coisa. A gente não libera pra fazer trilha hoje dentro do parque, não libera pra fazer trilha no corredor do rio Farinha, visitar outras cachoeiras que tem dentro do parque porque ainda não tem o plano de manejo. Com a elaboração do plano de manejo, havendo assinado a portaria, ela entra em funcionamento na data da sua publicação e ai cria-se o plano de visitação. O plano de visitação que vai dizer como é que nós vamos operacionalizar com segurança com esses visitantes, que nem todos são ecoturistas. Muitos vem visitar pelo simples fato de tirar uma foto, uma self de um lugar bonito, mas ainda não tem muita consciência ecológica. A maioria que nos visita tem essa consciência, e precisamos crescer a esse nível, pra que todos que nos visitem realmente tenha essa visão de que o ecossistema ele é único, o ecossistema ele tem uma facilidade enorme de ser degradado, se tratando de um cerrado aberto e uma área de savana, e se tratando de formações geológica decretado a mais de 50 milhões de anos são praticamente frágeis, em qualquer pisoteamento, trilhas no mesmo ponto, se não tiver um tipo de ordenamento e nem um estudo de capacidade de carga, isso compromete realmente o atrativo. Então, todas essas condições de operação do parque hoje são nesse sentido. Tanto Chapada das Mesas como a maioria dos PARNA's no Brasil inteiro obedecem esses critérios. Por exemplo, os Lençóis, ai perto de você, já tem Plano de Manejo, os Lençóis tem um ordenamento perfeito, porque já foi elaborado o plano de manejo. Então hoje o chefe da unidade lá está trabalhando com todos os carros cadastrados, guias cadastrados, o que pode e o que não pode. Aquele que desobedecer as normas que está lá escrito no plano de manejo, é objeto e fica passível de multas. Então geralmente são multados os sujeitos que desobedecem. Que ninguém quer fazer um plano pra ficar multando o tempo todo, pelo contrário, a gente precisa fazer um plano que evite multa, mas que aumente o nível de conscientização. Isso é o que precisamos não só na Chapada das Mesas, mas nos parques do Brasil inteiro. Então, é nesta linha aí que estamos. Então hoje, tanto o estado, a SETUR em São Luís faz muita propaganda, na verdade muita televisão, na mídia, mas na verdade praticar mesmo é pouco. Tanto o estado como os municípios envolvidos. Nosso trade, hoje a Chapada das Mesas envolve vários municípios, mas os que estão mesmo relacionados com o parque, que é parte do território do parque, é os três municípios que é Estreito com 10mil equitares, Riachão com 19 mil e o restante todo em Carolina. O parque pertence aos três municípios, portanto nós temos um relacionamento com as três secretarias de turismo, com as três de meio ambiente, em fim com esse corpo da sociedade organizada desses três municípios. E o plano de manejo vai justamente de encontro com esses três municípios. E os participantes da oficina para a elaboração do plano de manejo que está previsto para julho, vai ter os atores principais vão sair dessas entidades que envolvem esses três municípios. É claro que tem externo, como a UEMA, como a UFMA, como universidades que são participantes de níveis de pesquisa, que tem interesse como por exemplo a SEMA, tem vaga, tem cadeira, o próprio IBAMA tem cadeira, o INCRA tem cadeira, enfim, a entidades que compõe todo o mosaico. Então, é ai que vamos trabalhar o ordenamento.

Então essa é a primeira pergunta, não sei se respondi de acordo com sua necessidade, mas pela lógica de como se é operacionalizado hoje é assim, nós seguimos a lei 9985/2000 que é a lei do SNUC que cuida das unidades de conservação, ela é muito clara, você pode baixar ai e ver e dar uma analisada nela, como é que é os critérios que a gente anda seguindo criteriosamente essa lei. Ai tem a 6514 decreto que cuida de questões de multas, então nós temos ferramentas na área federal que hoje nós chamamos de plano operativo.

A gente faz fiscalização regular, dentro do parque hoje qualquer atividade, de extração de seixo, de madeira, qualquer que seja, é proibido, nos multamos se for o caso. Então a gente tem hoje um controle muito rigoroso dentro do parque.

Os moradores que tem dentro do parque, ainda não foram indenizados, porque existe um problema fundiário muito sério, mas nós estamos fazendo todo levantamento fundiário, levantando toda a malha fundiária, e em breve vamos estar pagando as primeiras propriedades. Temos recursos a altura pra pagar mais de 40 mil equitares do parque já, tem recurso alocado da compensação ambiental de vários projetos que foram executados na região entorno da unidade como a barragem do Estreito, Serra dos Carajás, a Ferrovia Serra dos Carajás, tem a Ferrovia Norte Sul, todos esses recursos de compensação ficou destinado pela CCAF da Comissão de Compensação da Área Federal, para regularização fundiária do Chapada das Mesas. Então, é todo um trabalho muito complexo, Tá ok?

E como que o Sr. avalia a atuação dos mecanismos legais de fiscalização? Existe mecanismos legais de fiscalização e controle dentro do parque, e isso relacionado ao ecoturismo? Existe definição de responsabilidades interinstitucionais no desenvolvimento do ecoturismo, ou seja responsabilidades definidas das instituições que estejam realizando um trabalho do ecoturismo dentro do parque?

Quanto à segunda pergunta, é o seguinte, qualquer que seja o segmento que vai nos visitar, visitar a unidade, seja na área da pesquisa, seja na área do ecoturismo, seja na área de qualquer que seja o segmento da sociedade, ele precisa estar ajustando na lei 9985 que é a lei que nos garante o norte de fiscalização, ou seja, de um plano operativo que nos obedecemos, que é a lei do SNUC. Nós, o trade, o plano de manejo, as agencias, tudo está conectando, se alinhando com essa lei. A lei foi votada no ano de 2000, de lá pra cá não houve alteração, se você analisar ela ai. Então, todo mundo tem que se ajustar em cima da lei 9985, o resto, é questão de fiscalização, são decretos, são instrução normativa interna que nós trabalhamos, muito clara, que cada situação a gente aplica aquela instrução normativa ou a portaria, ou a resolução, agora todo mundo tem que seguir a 9985. Então qualquer que seja um ordenamento turístico municipal ou estadual, pra se trabalhar com ecoturista dentro de parque nacional, precisa se ajustar a essa legislação. Então ai cabe aos conselhos de turismo dos municípios, como também conselho estadual, a SETUR, todos os seguimentos envolvidos, todo mundo trabalhar nessa linha, de se ajustar a 9985. Porque se não se ajustar vira um problema que quando vai entrar na unidade tem esse problema. E qual é o tipo de preocupação que nós temos hoje grande? O grande problema hoje nos parques, é que a maioria deles não tem plano de manejo, esse é um problema, e não tendo o plano de manejo, geralmente a gestão não pode liberar determinados locais de visitação, porque não há como se ordenar isso, e é um problema sério. Segundo, outro problema seríssimo, não há regularização fundiária. E aí me diga uma coisa, só pra você entender, eu tenho uma propriedade dentro do parque, você tem uma outra, se você tem uma propriedade que não foi indenizado e está dentro do parque e você é dona de um atrativo, se você não quiser que a gente libere visitação, você é a dona, que você ainda não foi indenizada, então mesmo sendo objeto de um decreto presidencial que criou a unidade mas não foi feito o plano de manejo e não foi feito pagamento, a terra é sua. E de acordo com a IN 02/2009, você pode dar uma lida ai também, IN 02/2009 do ICMBio, que trata da questão fundiária. Então, o cara é dono de fazenda, tem uma cachoeira, tem um lugar bonito, mas aí o que acontece, nós não liberamos por que? Porque o proprietário quer privacidade, ele não quer lá pessoas visitando a propriedade dele, e ele tem razão, por que? Porque ele não foi indenizado. Quando a gente indenizá-lo, ai sim, aí nós dentro do plano de visitação nós podemos contemplar esse atrativo e liberar o público. Claro que liberado dentro do que é preconizado no plano de manejo, que é o que nós estamos elaborando. Fora disso cabe a gestão, a você quer conhecer um lugar tal, aí tá a agencia ou o guia faz um officio, de até um e-mail a gente aceita, dirigi a gestão e a gente responde e autoriza. Naquele momento, se tiver qualquer tipo de risco da visitação, um acidente ou outra coisa, na autorização a gente condiciona ele responder um questionário. E ai, é aí que ele coloca a responsabilidade dele, se acontecer qualquer tipo de problema, ele é o responsável, não é a gestão. E ele está assumindo um risco. Então, é mais ou menos assim que funciona hoje.

São Romão e Prata? São as duas cachoeiras que nós recebemos um público razoável lá. Lá hoje não temos um estudo de capacidade de carga ainda, estamos elaborando, a UEMA está terminando. Que é complemento do plano de manejo. Nós, assim que terminar a oficina do plano de manejo, nós vamos estar fazendo o plano de visitação. E vamos dizer assim, quantas podem estar ao mesmo tempo em determinado lugar, 15, 20, de acordo com a capacidade de carga, pra que seja uma capacidade que seja sustentável, que não venha causar um impacto a curto prazo. Seja por trilha, por cabo de aço, por água ou em qualquer situação. Então, todo esse estudo, é feito complementar. Mas o plano de manejo nosso deve estar pronto, no máximo em setembro. Nós estamos trabalhando todo guia já está pronto, está sendo escrito. A oficina será em julho, e estamos trabalhando nessa linha aí. Então, todos os seguimentos, como te falei a SETUR, as secretarias local, que desenvolve um produto turístico e quer colocar na prateleira para as agencias precisa fazer, eles tem lá fora da unidade outros atrativos que eles podem fazer como eles bem entender, desde que eles tenham um nível de responsabilidade ligado, ou seja, observando a 9985 dentro da unidade e a 9605 a lei dos crimes ambientais fora. Então aí, eles fazem o trabalho CONTUR local aprova, a câmara de vereadores aprova, cria uma lei municipal que ela vale, sem problema. Ou seja, no estado ou município. Agora dentro do parque não cabe nem o município fazer legislação, nem o estado. A legislação no parque ela é federal. Toda legislação pertinente no município ela tem que se ajustar a legislação federal. Exemplo, se o município fizer uma lei pra transito, pra transporte de turista, local pode, num pode, carro tal, tantas pessoas, ele tem que estar se alinhando ao CONTRAN, código nacional, e depois de tudo feito, se vai carregar em Toyota, como é que vai ser, essa lei a gente recebe, ela depois de sancionada pelo prefeito e remete essa lei para procuradoria federal especializada nossa do ICMBio é que vai dar a palavra final, se ela tem, se ela realmente tem legalidade, ou se ela está fora de conformidade com a lei federal. Se tiver fora, a gente manda de volta e a os vereadores tem que readequar. Geralmente é feito consulta prévia, o advogado da área jurídica das câmaras de vereadores e tudo mais. Recentemente tivemos um caso lá. Fizeram uma lei lá pra o transporte de turista no município e deu problema, porque fizeram uma lei valendo para um município, e o parque tem três municípios. Então a gente conversou com os três secretários pra fazer uma lei comum dos três municípios, os guias também fazem uma lei comum, pra além daqueles que já são cadastrados pelo Cadastur, uma lei comum pra também não ter problema, o cara tá dentro da unidade ele sai de um município para o outro e não pode mais ser guia? Isso era um absurdo, foi feito assim e não deu certo. Então tudo isso está sendo trabalhado. Tá ok?

Com sua resposta já foram contempladas algumas outras perguntas. Então deixa eu ver se entendi. Hoje não existe o plano de manejo, e por causa disso não existe como ainda acontecer uma fiscalização mais legal, mais definida? Então vai depender tudo do plano de manejo pra poder existir essa fiscalização né?

Quanto a fiscalização, hoje a gente faz a fiscalização naquilo que está fora de conformidade de alguma atividade que ela não enquadra dentro da UC, de uso federal, de uso intensivo. Então essa fiscalização é feita sempre que necessário, Extração ilegal de madeira, caça predatória, enfim, transporte com muita gente em cima de um carro por exemplo hoje mesmo sem ter o plano de manejo não permite, tem um bocado de coisa que a gente já começa a regular, questão de um órgão federal determinado tipo de mazela, ou algo que esteja fora da lei dentro da unidade de conservação, isso é feito.

Agora quando a criação do plano de maneja, lá vai ter as ferramentas, lá vai dizer o que pode e o que não pode. O que não pode se alguém for pego fazendo o que não pode que está na portaria, a gente vai arbitrar vai com certeza aplicar a penalidade que está previsto lá no plano de manejo. Então esse é o processo.

Quanto essa questão dos órgãos federados, isso sim, já a muito tempo. O nosso trade turístico discute a melhor condição de recebermos nossos turistas, de como eles devem entrar dentro da unidade, tanto com os secretários de turismo dos municípios como nas agencias, como os guias a gente faz palestra, a gente orienta, há sempre reunião da gente no com o trade focalizando essas ações. E além do mais, nós

também temos as reuniões dentro do parque nós temos três públicos que adentram o parque, nós temos o público externo que nos visitam do resto do mundo a chegar até a Chapada das Mesas, que é chamado o ecoturista mesmo, que vem em detrimento de ser uma UC, de uso intensivo, ele precisa ver porque é o sonho de todo ecoturista andar dentro de parque nacional, beleza, esse é um segmento. E temos os moradores do parque, esse é a parte mais frágil, eles tem a restrição, uma série de atividades da unidade que eles precisam sobreviver, e nós precisamos estar muito perto deles. Então esse público não mistura com o ecoturista, é o público que mora dentro do parque. E nós temos aquele outro público que são os pesquisadores que não são ecoturista e nem são moradores, que vem buscar informação do parque. Na verdade, o parque é um laboratório a céu aberto. Então nós temos várias pesquisas terminadas, várias pesquisas em curso, inclusive na área de turismo, inclusive na área de fauna, na área de biologia, de botânica, enfim, em todas as áreas nós temos pesquisa.

Então essa interação é muito importante e é continuada. Sempre que a gente pode faz reuniões. Sempre estou reunindo. A antiga gestão fazia também a mesma coisa. E nós agora em maio a gente faz as reuniões que nós chamamos de MINF, o quê que é minf ? Manejo integrado de fogo. É uma situação que nosso parque, é um parque de savana, você sabe nós estamos em uma área de cerrado aberto. Então é muito vulnerável a grandes incêndios. Então o nosso modelo de manejo do fogo da Chapada das Mesas é um modelo piloto. Tanto a Chapada da mesa como a Esec Serra Geral do Tocantins são dois projetos piloto. E nós temos resultados muito bons, acompanhado pela UNB. Que nós demonstramos que precoce, a gente toca fogo no parque agora em maio, é um fogo precoce, é o fogo que sapeca, queima a graminha mas não queima as arvores maiores. Isso, a pesquisa continuada de quatro anos comprovou de que esse fogo nessa época de baixa combustão, de baixa ainda umidade, porque de alta umidade melhor dizendo, que é no período ainda chuvoso, a gente controla a graminha, esse combustível todo, todo esse combustível de biomassa com mais eficácia. E outra, não provocando morte precoce de arvores que estão em uma fase de crescimento. De cada cem, num fogo tardio, entre julho, agosto, setembro, morre entorno de quarenta e cinco, e com o fogo precoce só morre seis. Então nós temos hoje, estudo comprovadamente que hoje a gente toca fogo nos parques que tem plano de manejo com essa situação. Então pra isso acontecer, essas reuniões a gente faz agora. A gente reuni as comunidades, são entorno de doze reuniões dentro do parque, dos três municípios. A gente conversa com eles sobre tudo. Eles perguntam sobre a questão fundiária, sobre a questão das roças, sobre a questão de turismo, em fim os assuntos que eles abordam. Então a gente sempre tem uma conversa aberta com eles aí, o tempo todo. Então nessa questão agora, mais por último, que os parques do Brasil com nova gestão do nosso ministro Sarney Filho que terminou agora, ele é muito vocacionado nessa questão da sustentabilidade, e ele fez um trabalho muito bom no sentido de que os parques devem ser visitados pelos brasileiros. É um patrimônio dos brasileiros. Portanto, o nosso Chapada das Mesas precisa ser visitado, por isso toda essa ascleridade pra criação do plano de manejo, pra nós abriremos outros meios, outros caminhos, pra que o parque venham ter mais público de visitação e com isso gerar emprego e renda na região. Que o parque é um grande vetor de desenvolvimento como todos sabem. Então nessa linha aí a gente está trabalhando sempre. Essa conversa institucional entre a SEMA, a SETUR, MTUR, todos esses cursos que são elaborados pelas prefeituras locais, a gente está sempre conectado. E nós sempre estamos fazendo curso de educação ambiental. Temos um agora a frente pra fazer com esses atores, já fizemos de monitores ambientais. Para que essas pessoas realmente ser multiplicadores. Pra essas pessoas começarem a dizer que fazer turismo de aventura, de contemplação não é só ir lá e tirar foto, precisa também conhecer a fauna, conhecer a flora, valorizar a cultura local. Então tudo isso aí a gente leva em consideração, e estamos trabalhando com o IFMA com várias entidades, as universidades que fazem pesquisa nessa linha de ocupação justamente pra gente melhorar essa relação do público com o meio. Porque se não for uma relação totalmente harmoniosa uma parte sai perdendo. Ou seja, a unidade sai perdendo, os recursos naturais sai perdendo, e com isso perde todo mundo. Então pra que isso não aconteça essa relação de um bom

diálogo com todas as entidades envolvidas será sempre bem-vindo e será sempre muito importante para que realmente a palavra ecoturista não somente uma coisa pejorativa, mas na verdade uma coisa que tenha realmente realização, que realmente aconteça na prática, que é o que estamos lutando pra que aconteça, mas de forma sustentável. Porque não adianta você ter visitação de 50 mil turistas em dez anos e depois cair pra uma curva de dez mil e cem, e depois voc e não ter mais ninguém visitando. Então, pra que isso não aconteça, isso tem que ser feito de maneira sustentável.

Agora sobre fortalecimento e intera o institucional, assim, já existiu ou foi realizado algum tipo de evento, foi promovido ou articulado algo no sentido de promover intercambio entre esses órgãos governamentais e entidades do setor privado, como um fórum permanente de discussões? Claro que eu estou falando bem focado em cima do ecoturismo. Ou não se tem trabalhado essa temática dentro do parque?

Hoje o município fez um curso de guia, já tem curso de guia em Carolina, no IFMA e UEMA. Está formando vários guias. Um curso básico em ensino médio, e eles vão ter a carteira do Cadastur do ministério do turismo. Muitos já tem, e outros estão fazendo pelo município. Então há toda uma preocupa o com esses profissionais terem conhecimento do que estão fazendo, pra justamente não só dentro da unidade, mas fora da unidade atender melhor os turistas e também pensar na questão do meio ambiente, porque não há ecoturista que venha pra lugar se o ambiente estiver degradado. Então essa é uma rela o que está funcionando. Agora a questão do ministério do turismo hoje, essa questão de agente dizer quem pode e quem não pode dentro do parque, como lhe falei no início, na primeira pergunta, o parque só tem dois atrativos liberados São Romão e Prata, e são de propriedade privada e são os maiores do Maranhão porém se tornam pequenos devido a estrutura que tem l . A questão de alimenta o, não pode pernoitar dentro do parque, l  não tem chalé, l  s    visita o durante o dia. Então, hoje visita aquele que vai no seu carro com guia, vai aquele que vai sem guia ainda porque não tem plano de manejo. Mas, com o plano de manejo, vai ficar estabelecido que só vai visitar a unidade quem estiver cadastrado pela unidade. Ou seja, tiver uma carteira de guia, cadastrado pelo cadastur, ou for um guia que tiver uma autoriza o da gestão da unidade. Por exemplo, os guias nativos que moram dentro do parque esses guias eles não tem instru o pra ir para estudo, pra fazer um curso e tal. Esses guias são feitos assim, eles precisam de uma orienta o de um curso básico, porque na verdade eles são mateiros, são pessoas que conhecem a natureza, empiricamente foram aprendendo ao longo de todo sua existência. Então nós, o ICMBio vai dar uma carteirinha pra eles terem acesso a essa atividade pra gerar riqueza a eles e renda pra eles, é um emprego. Que eles moram dentro da unidade, mas só podem guiar dentro da unidade e no entorno, não pode guiar fora. Porque dentro do cadastro do município, dos três municípios vai ficar cadastrados os guias que vão realmente ter essa autoriza o, essa carteira de guia. Ok! Então isso é importante. Além disso, pra melhorar essa rela o do guia, tem o curso de meio ambiente hoje, que o IFMA está ministrando, que esse curso de meio ambiente vai formar esses alunos pra eles terem melhor consciência qual é o ecossistema que eles estão inseridos e como que eles vão desenvolver a metodologia de acesso e até melhorando no trabalho de multiplic o pra com os próprios guia eles realmente gerar um impacto menor possível, que essa é a grande dificuldade. Você ficar satisfeito, deixar renda e não gerar impacto. E isso que   a dificuldade. Mas estamos trabalhando nessa linha. Então tudo isso ai eu acho que é muito importante, e tem tudo pra dar certo, não só no Chapada das Mesas, mas em todos os parques do Brasil está sendo nessa linha. Hoje a maioria dos nossos turistas externos, digo de São Paulo até de outros países sul americanos eles preferem, primeiro, uma pessoa que tem domínio de língua, ok isso ai é natural. Mas localmente, geralmente tem um que sabe falar inglês ou espanhol, uma língua que eles precisam, mas eles preferem mesmo   um nativo, que mora dentro do parque. Porque eles se sentem bem em conversar com essas pessoas, eles se sentem no meio, e essas pessoas tem muito a ensinar para eles. E eles vezes ensinam alguma coisa para essas pessoas. Então esse cara sabe o nome das arvores, conhece os pássaros, conhece as pedras, conhece tudo. Então   esse tipo de, na verdade que não chamamos de

guia, mas um condutor turístico que leva a pessoa até lá no atrativo que ele fornece muitas informações importante pra eles. E a maioria sai satisfeito. E quanto os da cidade, que faz um curso de formação, estudo toda essa questão que nós estamos falando, mas eles são mais técnicos, e aquilo as vezes o cara não gosta. Por isso que nós estamos elaborando agora, depois do plano de manejo, nós vamos implantar os guias que moram dentro do parque. Que não são muitos. São pessoas habilitadas que já foram brigadistas, que nasceram lá, conhecem tudo, isso é muito importante. Então todo esse complexo é que a gente está cada vez mais melhorando pra que realmente o turista que nos visita volte com a boa impressão, volte com a informação que precisa ter, e enfim, tudo isso aí é um conjunto, não é sozinho. Precisa o município estar inteirado, precisa o secretário de turismo estar inteirado, precisa o dono de agencia estar inteirado. Principalmente quem faz traslado pra dentro da unidade, que esses carros vão ser todos cadastrados com o plano de visitação, só vai entrar quem tem cadastro. E os que fizerem alguma coisa errada que está fora da portaria, que está fora de conformidade com a portaria serão no primeiro momento advertidos e se continuarem errando são até descredenciado para não prestar esse tipo de atividade dentro da unidade de conservação, porque precisa trabalhar de maneira adequada. Vamos liberar vários corredores, várias trilhas, várias outras cachoeiras, serras, enfim. O porque tem um potencial muito grande, nós exploramos apenas 10% do parque até então, 10%, os 90% está intacto, esperando justamente o ordenamento, e o plano de manejo é uma ferramenta que nós precisamos.

Vou aproveitar e fazer mais uma pergunta que é relacionada a outra ação. Sobre a questão do pessoal que desempenha a atividade do ecoturismo dentro do parque, pode ser até mesmo as empresas privadas. Existe algum tipo de fiscalização? Existe algum tipo de formação que eles precisam ter pra poder levar as pessoas a visitar o parque? E que tipo de controle de qualidade? Quais os processos metodológicos de avaliação? ou isso tudo depende é do plano de manejo? Esses dois atrativos São Romão e a Prata, são privados, atrativos privados. Mas existe algum tipo de fiscalização da gestão do parque com relação a eles? Vocês têm acesso pra fiscalizar? Como que acontece? E sobre a questão de gerenciamento de informações também, o Sr. tem banco de dados sobre operadoras de ecoturismo que atuam no parque? Existe toda essa gama de informações?

Quanto aos dois atrativos, eles são de propriedade privada, porém nós temos controle não só nos dois atrativos, como no parque inteiro. Ou seja, sempre a gente está lá observando se não tem nada de errado, se não estão fazendo alguma atividade errada. Por exemplo, nós não deixamos que as pessoas desçam de caíque, ou faça canoagem lá no rio, e o portão de entrada é na verdade pelas duas cachoeiras e a gente não permite. E verificando se não tem pesca predatória, se não estão deixando lixo, uma série de coisas lá que a gente está sempre acompanhando. É claro que a gente sem ter um plano de manejo, a gente fica um pouco amarrado, agora dentro daquilo que a 9985 nos preconiza e nos dar uma condição de fiscalização, a gente faz um trabalho que eles são iguais a qualquer outro morador, na questão turística a gente não interfere muito. A única coisa que a gente interfere é quando no mês de julho, que o movimento é grande, fim de ano, a gente só deixa descer lá embaixo com os guias. Quem não chega com um guia, o dono do atrativo tem o guia local lá, e tem que levar o grupo, pra o grupo não ficar solto. Então isso é feito geralmente assim.

Quanto a questão da informação, do turismo, isso fica a critério das agências, elas informação de quantos nos receptivos recebem e tal, e a gente tem no final do ano a gente sabe quantas pessoas entrou dentro do parque. Somente nas duas cachoeiras as gente tem essas informações. Como te falei desde o começo, nós só temos dois atrativos, então o nosso público que entra no parque, o ecoturista que visita o parque é direcionado para esses dois atrativos, então a gente tem esse fluxo, tem esse controle de fluxo, tanto pelos proprietários como pelas agencias mesmo. Agora aqueles que entram só, eles são protocolados, a gente tem um controle de quantas pessoas entrou, porque eles pagam uma

pequena taxa lá para o proprietário, tipo R\$ 15,00 (quinze reais), que é uma taxa de acessibilidade lá, para poder o atrativo ter condição de fazer o mínimo de estrutura possível, como banheiro, como essas coisas que tem do básico pra funcionar. Agora com o plano de manejo, ai sim, nós vamos estar com todas as ferramentas dizendo cada atrativo vai estar tantas pessoas, ficar por quanto tempo, o guia, tudo bem ordenado, ok?

Sobre a questão dos incentivos ao desenvolvimento do ecoturismo, o que tem sido feito. Se tem algum tipo de promoção do ecoturismo dentro do parque? Esse turista tem algum tipo de orientação adequada, informativos, panfletos?

Outra pergunta é sobre a questão da participação comunitária nas tomadas de decisões. Existe participação? e como que ela acontece?

Pra encerrar, como que o Sr. ver a questão do ecoturismo dentro do parque?

É o seguinte, quanto a promoção do ecoturismo no parque, o parque é apenas uma parte da chapada. A grande parte da chapada aonde tem os grandes atrativos são fora da unidade. Portanto, há uma políticapública local nesse sentido, através da secretaria de turismo, através da SETUR, do próprio Maranhão, enfim, todos os mecanismos hoje está engajado nisso. A gente também contribui nas nossas reuniões, tanto ligado ao CONTUR, ligado a municipalidade, como também nos oficinas a gente geralmente faz as reuniões tratando disso, pra melhorar essa relação. Então isso é realmente um processo continuado que vai acontecer cada vez mais. Principalmente após o plano de manejo que em breve vai estar assinando a portaria pra realmente colocar o ordenamento, isso é muito importante, e tal.

Quanto a participação da coletividade, da comunidade no processo, é importante. Nós temos o conselho consultivo, apesar de estar desativado, pelo um processo que a antiga gestão não reativou o conselho e nós agora com o plano de manejo somos obrigados a reativar o conselho. O conselho vai estar reativado, e é uma participação da comunidade, das entidades que faz parte do conselho consultivo. Então nessa tomada de decisão geralmente o conselho é convidado e há uma discursão, e a discursão baseado na 9985, baseado no plano de manejo que é a portaria que vai ser inserido em breve, é que a gente toma decisão em comum.

Quanto a questão do ecoturismo em si, a Chapada das mesas como um destino bastante conhecido no Brasil e no mundo, tem um potencial muito grande, são na verdade três municípios que são diretamente ligados ao PARNA, que é Riachão, Estreito e Carolina. Que por sua vez o próprio empresário, os próprios donos dos atrativos, essa divulgação nacional, a nível estadual, enfim, há todo um envolvimento. E como é uma área realmente de muitas belezas cénicas, evidente que cada dia que passa você tem mais amantes da natureza. E esses amantes que são os verdadeiros ecoturistas que nos visitam, vão cada vez sendo mais, vão procurar cada vez mais o Parque Chapada das Mesas. Então do meu ponto de vista, a criação do parque em 2005 é um grande legado, porque deu uma condição de uma marca forte, que na verdade é a isca que atrai os turistas. Que antigamente só tinha dois atrativos que era bastante conhecido, que era Pedra Caída, hoje o resort, e as cachoeiras gêmeas de Itapecuru e Poço Azul, mas no início mesmo, era mais Pedra Caída e Itapecuru.

Então as pessoas que visitavam Carolina, que viam algum tipo de folder, ou algum tipo de matéria era geralmente olhando esses dois atrativos. Com a criação do parque, passa ter um nome fantasia mais forte, a grande isca hoje é o PARNA da Chapada das Mesas. Que as pessoas não entendem muito como é que funciona o parque, então acham que um parque é uma coisa fechada, é uma coisa que tem brinquedo, é uma coisa que a maioria pensa assim. Mas um parque do nível o nosso com uma área tão grande como a nossa, com 22 (vinte e dois rios), com mais de 400 (quatrocentos) nascentes, com a diversidade de plantas e animais muito grande, isso atrai os amantes da natureza do mundo inteiro. Então cada ano que passa você recebe mais turistas, e turistas mais conscientes que é o importante. Não é aquele cricador de foto, é aquele que tira uma foto e faz uma análise do que ele tirou. Se é um

pássaro, ele vai analisar na base de dado que pássaro é aquele, e onde é que ele encontra. Ele começa e se interessar, e começa e se envolver em conhecimento com o parque. Então isso é muito importante.

Então acho que é um setor da economia que cresce muito, o ecoturista. É um segmento que tem renda, traz renda, e cada vez vai estar mais implementado o Parque Chapada das Mesas. Com o plano de manejo que vamos criar várias trilhas, vários outros atrativos serão liberados, isso melhora ainda mais. Então a expectativa é cada vez melhor. E como hoje nós temos a chamada rota das emoções que liga Barreirinhas, Jeriquaçu, liga Delta, Chapada e Jalapão, tudo vai fazer com que esse circuito aí vai ter um nível de visitação muito maior do que já temos hoje. E a tendência é cada vez crescer mais.

O Parque está se consolidando com a questão da regularização do fundiária como eu falei nas primeiras perguntas suas. Nós temos recursos hoje, alocados para essa finalidade. Está em pleno processo de fazer todo levantamento das glebas, em breve vamos estar pagando as primeiras terras já. E continua, é um processo continuado. Vai resolvendo a documentação e a gente vai pagando entendeu? Que não é fácil, a malha fundiária é bastante complexa, mas tudo se resolve. Está sendo resolvido de uma maneira bastante sem trauma, com bastante entendimento entre a coletividade, os proprietários são cartoral, enfim, de todo jeito está sendo bem feitinho, tá bom?

Muito obrigada por sua participação e disponibilidade Sr. Deijacyr. Com certeza sua contribuição é muito importante para o trabalho da pesquisa e será muito bem aproveitada. Espero que o resultado final venha contribuir também para a melhoria do Parque.